

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO
BRASILEIRO**

**Economia Capitalista e Sociedade do Trabalho no
Brasil Contemporâneo**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Rafael Antônio Kapron

**Santa Maria, RS, Brasil
2007**

ECONOMIA CAPITALISTA E SOCIEDADE DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

por

Rafael Antônio Kapron

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

Orientador: Professor Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização

**ECONOMIA CAPITALISTA E SOCIEDADE DO TRABALHO NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

elaborada por
Rafael Antônio Kapron

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA:

Professor Dr. João Rodolpho Amaral Flôres
(Presidente/ Orientador)

Dr. Diorge Alceno Konrad
(UFSM)

Dr^a. Marisa Oliveira Natividade
(UFSM)

Santa Maria, 08 de Março de 2007.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

ECONOMIA CAPITALISTA E SOCIEDADE DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

AUTOR: RAFAEL ANTÔNIO KAPRON

ORIENTADOR: Professor Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 08 de Março de 2007.

Este estudo apresenta como objeto os elementos que caracterizam a economia capitalista, focando as classes sociais e as condições das práticas de trabalho no Brasil atual. O objetivo geral da pesquisa é debater o processo social de realização do trabalho em economia, com suas formas, divisões e tipos. De modo específico, visa caracterizar o desenvolvimento histórico do modo capitalista de produção, reafirmar a divisão nas classes sociais fundamentais e identificar aspectos da sociedade do trabalho no Brasil, especialmente a partir da década de 1990. A metodologia de trabalho se apresenta em uma interpretação fundamentada no método científico do materialismo histórico e dialético. Uma síntese dessa teoria científica foi buscada na obra “A Ideologia Alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels, sendo esses autores os maiores referenciais teóricos para a elaboração do conjunto do estudo. Em suas linhas gerais o texto tem como proposta contribuir ao debate sobre questões do processo de trabalho junto às relações que desenvolvem a formação econômica e social. O primeiro capítulo destaca o funcionamento da sociedade como produtora de mercadorias. O segundo capítulo destaca o desenvolvimento do modo capitalista de produção contemporâneo e das classes sociais. O terceiro capítulo destaca a constituição da sociedade do trabalho no Brasil, enfatizando elementos da conjuntura pós 1990 que tratam da precarização do trabalho. Em síntese, conclui-se que são constantes historicamente as reestruturações produtivas e reorganizações dos métodos de trabalho e que permanecem duas classes sociais fundamentais nos países capitalistas.

Palavras-chaves: Trabalho – Capital - Classe social – Produção - Brasil

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Course of After-Graduation in Thought Brazilian Politician
Federal University of Santa Maria

CAPITALIST ECONOMY AND SOCIETY OF THE WORK IN BRAZIL CONTEMPORARY

AUTHOR: RAFAEL ANTÔNIO KAPRON

ORIENTING: Prof. Dr. João Rodolpho Amaral Flôres

Date and Place of the Defense: Santa Maria, March 08, 2007.

This study it presents as object the elements that characterize the capitalist economy, in focus the social classrooms and the conditions of the practical ones of work in current Brazil. The general objective of the research is to debate the social process of accomplishment of the work in economy, with its forms, divisions and types. In specific way, it aims at to characterize the historical development in the capitalist way of production, to reaffirm the division in the basic social classrooms and to identify aspects of the society of the work in Brazil, especially from the decade of 1990. The work methodology if presents in an interpretation based on the scientific method of the historical and dialectic materialism. A synthesis of this scientific theory was searched in the workmanship "The German Ideology", of Karl Marx and Friedrich Engels, being these authors the theoretical referential greater for the elaboration of the set of the study. In its general lines the text has as proposal to contribute to the discourse on questions of the process of together work to the relations that develop the economic and social formation. The first chapter detaches the functioning of the society as producing of merchandises. As the chapter detaches the development in the capitalist way of production contemporary and of the social classrooms. The third chapter detaches the incorporation of the work in Brazil, emphasizing elements of the conjuncture after 1990 that they deal with the precarious of the work. In synthesis, one concludes that the productive reorganizations of the work methods are constant historic and that they remain two basic social classrooms in the capitalist countries.

Word-keys: Work - Capital - Social Classrooms - Production - Brazil

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População total: Brasil, grandes regiões e estados da federação – 2000.....	61
TABELA 2 – População com 10 anos ou mais, por condição de atividade e grupos de idade – Brasil 2003.....	62
TABELA 3 – População ocupada, segundo setor da economia Brasil 1992 – 2001 (em %).....	63
TABELA 4 – Estrutura Fundiária Brasil 1998.....	65
TABELA 5 - Estrutura da ocupação: pessoas de 10 anos ou mais de idade Brasil 2001 – 2003.....	66
TABELA 6 – Jornada média semanal dos assalariados, por setor da economia. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2001 – 2004 (em horas).....	67
TABELA 7 – Cesta Básica Nacional e tempo de trabalho necessário para sua aquisição 2001 – 2004 (médias anuais).....	68
TABELA 8 – Trabalhadores com carteira de trabalho assinada Brasil e grandes regiões 2003.....	69
TABELA 9 – Taxas de desemprego, por sexo. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2001 – 2004 (em %).....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. CONCEITOS PARA A SOCIEDADE DE PRODUTORES DE MERCADORIAS.....	11
1.1 A Formação Econômica e Social.....	11
1.2 O Processo de Trabalho.....	15
1.3 A Divisão Social do Trabalho.....	17
1.4 Tipos de Trabalho.....	20
2. REORGANIZAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA DO CAPITAL E AS CLASSES SOCIAIS.....	25
2.1 Histórico do Trabalho na Economia.....	25
2.2 Reestruturação Produtiva e os Trabalhadores.....	29
2.3 As Classes Sociais Fundamentais.....	36
2.4 Os Setores Intermediários.....	39
3. A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	45
3.1 Introdução Histórica.....	45
3.2 Política Econômica e o Estado Brasileiro pós 1990.....	47
3.3 Economia e Sociedade.....	52
3.4 Classes Sociais.....	56
3.5 Estatísticas do Brasil.....	60
CONCLUSÃO.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS.....	77
ANEXO.....	80

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi elaborado para atender o requisito de conclusão do Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro, da UFSM, e tem como tema central debater o processo de trabalho. A sua fundamentação teórica se dá com a análise do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo e do Brasil contemporâneo. São feitas revisões bibliográficas em publicações que contribuem a atender ao tema do mundo do trabalho na sociedade capitalista, apresentando uma análise empírica e de caráter crítico.

Os principais objetos de análise são elementos conceituais da sociedade capitalista e da formação social brasileira. O referencial teórico de trabalho está demarcado a partir do processo das relações econômicas da sociedade capitalista e com uma construção historiográfica do contexto social brasileiro.

Em suas linhas gerais o texto tem como proposta contribuir ao debate sobre questões do processo de trabalho junto às relações que desenvolvem a formação econômica e social. O trabalho, como a centralidade que vem a caracterizar a sociedade, é aqui abordado como uma relação humana sobre os instrumentos de trabalho, a natureza e as formas econômicas de produção, ambos conectados em complexas relações sociais. Diante disso é interesse identificar a classificação social e a precarização do trabalho que ocorre na classe social dos trabalhadores assalariados, a partir de análise do contexto social do mundo capitalista contemporâneo.

O objetivo geral da pesquisa é debater o processo social de realização do trabalho em economia, com suas formas, divisões e tipos. Os objetivos específicos são caracterizar o desenvolvimento histórico do modo capitalista de produção, reafirmar a divisão nas classes sociais fundamentais e identificar aspectos da sociedade do trabalho no Brasil, especialmente a partir da década de 1990.

A metodologia de trabalho se apresenta em uma interpretação fundamentada no método científico do materialismo histórico e dialético. Uma síntese dessa teoria científica pode ser encontrada em “A Ideologia Alemã” de Karl Marx e Friedrich

Engels, sendo esses autores os principais referenciais teóricos para a elaboração do conjunto da monografia.

O estudo tem sua fundamentação teórica a partir de leitura da conjuntura social e de bibliografia disponível que contemple os objetivos propostos. Estão expostos um conjunto de conceitos que são balizados por modo de produção, classes sociais, a sociedade do capital ou capitalista, a formação social brasileira, o trabalho e o desenvolvimento econômico.

O texto monográfico tem o intuito de problematizar a dicotomia entre o capital e o trabalho. A problemática suscitada está no entendimento de que reestruturação produtiva é uma das mudanças presentes na história do modo capitalista de produção, e que no mundo contemporâneo não foi superada a divisão social em classes sociais fundamentais e antagônicas, sendo a análise do Brasil um exemplo disso. A partir disso que se afirma a polarização social entre proletários e capitalistas, e que, com esta divisão social estão determinadas uma imensidão de setores ou camadas intermediárias, sejam estas nas diversas categorias profissionais, na pequena burguesia ou classe média. Também, que um maior desenvolvimento tecnológico e novos métodos de produção não dispensam a necessidade do uso da força de trabalho humana, e que está ainda distante um desenvolvimento industrial que viabilize a produção econômica sem a necessidade de manutenção de uma força de trabalho humano. Afirma-se, também, a identificação de que hoje o trabalho se dá com maior ritmo e intensidade, havendo a existência constante de um exército de desempregados na reserva e que as flexibilizações e reorientações do trabalho contemporâneo se dão com a conservação da exploração da força de trabalho da classe social dos trabalhadores assalariados.

Em sua forma expositiva a monografia divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo, cujo título é “Conceitos para a Sociedade de Produtores de Mercadorias”, está dividido em subseções que buscam teorizar sobre o processo das relações sociais de trabalho que compõem a vida em sociedade, enfatizando de forma primária as relações econômicas, com caracterizações que dão forma ao contexto da sociedade capitalista contemporânea. São destaques os conceitos de relações sociais, de economia e do trabalho, com sua divisão e tipos. Para entender a sociedade capitalista, se tem como referência o que Karl Marx, em “O Capital”,

define como a “sociedade de produtores de mercadorias” (1989, p. 49), a partir de sua composição de conjunto na formação social regida pelo modo capitalista de produção de mercadorias com divisão no trabalho e em classes sociais, sendo, de um lado a posse com a propriedade privada a partir do capital e de outro a força de trabalho como uma mercadoria que é trocada pelo salário. Esse capítulo se apresenta como uma introdução de conceitos e entendimento do funcionamento da sociedade. São de destaque também os autores Friedrich Engels (s/d), com suas “Obras Escolhidas”; P. Sávtchenko (1987), com seu livro “Que é o Trabalho?”; Marta Harnecker (1971), com “Conceitos Elementais do Materialismo Histórico” e; Harry Braverman (1987), com “Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho do século XX”. Estes autores contribuem para apresentar os conceitos iniciais e as características gerais da sociedade do trabalho regida pelo sistema econômico do capital.

O segundo capítulo, que tem por título “Reorganização Técnica e Científica do Capital e as Classes Sociais”, busca apresentar um histórico no processo de desenvolvimento das atividades econômicas dos diversos ramos ou setores de produção do regime capitalista, com a permanência atual de sua divisão em classes sociais. Reestruturação produtiva, reorganização do trabalho e tecnologia são questões que a sociedade do capital desenvolve constantemente, mantendo sua essência e premissa fundamental com a produção de produtos em forma de mercadorias e com a determinação do indivíduo em classes sociais com interesses antagônicos no feitiço do processo de trabalho. Desenvolvimento histórico, junto aos métodos de realização do processo de trabalho diante dos trabalhadores caracterizam o capítulo. Assim são destacados os autores Ricardo Antunes (2000), com seu livro “Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”; Jacob Gorender (2000), com “Marxismo sem utopia”; Sérgio Prieb (2005), com “O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho”; A. Ermakova & V. Rátnikov (1986), com o livro “Que são as Classes e a Luta de Classes?”; Décio Saes (1984), com “Classe média e sistema político no Brasil”. Estes autores qualificam características do desenvolvimento do processo de trabalho da sociedade capitalista atual, bem como partem do referencial teórico do trabalho para definir os seus agentes ou as classes sociais.

O terceiro capítulo, com o título “A Formação Social Brasileira”, se preocupa em identificar o desenvolvimento histórico brasileiro a partir da elaboração teórica dos dois primeiros capítulos, aprofundando a análise posterior ao ano de 1990, a partir do início do Governo de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito num processo democrático pós Ditadura Militar. Esta conjuntura marca a consolidação da política econômica neoliberal no Brasil, que perdura substancialmente como política de governo nacional até, pelo menos, 2002, com o término do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso. Os maiores referenciais teóricos para o estudo da sociedade brasileira são os trabalhos de Marcio Pochmann (2001), “A Década dos Mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil”; e o “Anuário dos Trabalhadores” (2005) do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. Estas publicações comportam amplo contexto indicador da formação histórica do país, tendo a referência em sua sociedade do trabalho e dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Esse ensaio monográfico objetiva desenvolver sobre a sociedade capitalista, em suas relações de produção econômicas e no seu processo de divisão social do trabalho. O desenvolvimento do texto monográfico se dá com a análise centrada no processo de trabalho com sua divisão industrial, considerando este elemento como uma das grandes características da formação histórica do capitalismo nos diferentes países.

Ao Pensamento Político Brasileiro a monografia procura contribuir para o estudo das variações que se desenvolvem no mundo capitalista contemporâneo, situando aí algumas caracterizações do Brasil a partir de sua sociedade do trabalho. Para isso, fornece alguns elementos teóricos para um melhor conhecimento sobre a história da sociedade brasileira a partir da implantação do neoliberalismo como política de governo. A modernização produtiva que ocorre no Brasil se dá com a conservação de classes sociais de interesse distintos, onde, até então, não houve grandes alterações quanto às formas da propriedade privada, do poder econômico, político ou jurídico.

1. CONCEITOS PARA A SOCIEDADE DE PRODUTORES DE MERCADORIAS

1.1 A Formação Econômica e Social

Os conceitos de formação econômica e formação social estão trabalhados nesse texto como sinônimo ao conceito de sociedade, sendo integrantes de uma categoria de definições do social: a sociedade como processo de vida e trabalho humanos, de produção e reprodução das condições materiais de permanência histórica e em relação ao ambiente natural.

Na sociedade, são as relações sociais de produção que vem a definir a situação de cada indivíduo enquanto classe social no conjunto da sociedade. As formações econômica e social são fundamentos de constituição, de existência da sociedade.

Karl Marx, na sua obra “Trabalho assalariado e capital”, expõe que

Na produção, os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles somente produzem colaborando de uma determinada forma e trocando entre si suas atividades. Para produzirem, contraem determinados vínculos e relações mútuas e somente dentro dos limites desses vínculos e relações sociais é que se opera sua ação sobre a natureza, isto é, se realiza a produção (MARX & ENGELS, s.d.v. 1, p. 69).

Significa assim a intervenção humana na natureza através do processo de trabalho para produção de bens ou produtos materiais ou espirituais, em especial para a produção de mercadorias na sociedade capitalista, e que são realizados após vínculo de determinados tipos de relações sociais. A produção, distribuição, troca e consumo em economia se efetivam com o processo de divisão do trabalho. Como resultado disso se dá a classificação social, também como sinônimo de divisão em classes sociais.

Nesse contexto de organização social se objetiva o processo das relações econômicas, que são relações de trabalho e propriedade, portanto, relações sociais. Em “A ‘Contribuição à Crítica da Economia Política’ de Karl Marx”, Friedrich Engels afirma que “a economia não trata de coisas, mas de *relações* entre pessoas e, em última instância, entre classes; embora estas relações estejam, sempre *ligadas a coisas e apareçam como coisas*” (MARX & ENGELS, s.d.v. 1, p. 311).

Diz, assim, que a economia é uma relação social, uma relação de pessoas que interagem e que se diferenciam no processo de divisão do trabalho social. As “coisas”, a que Engels se refere, podem ser as mercadorias, os produtos, ou o resultado do trabalho, bases fundamentais do modo capitalista de produção.

Sob esse contexto, Karl Marx, em "O Capital", caracteriza o que define pelo “fetichismo da mercadoria” (1989, p. 79). Por esse modo, regidas pelo modo capitalista de produção, as atividades econômicas encobrem o processo de trabalho nas suas formas de realização social, entre o trabalho individual e o trabalho social, encobrindo a exploração do trabalho excedente a que são submetidos o conjunto dos trabalhadores assalariados, que, com o trabalho a mais, ou a mais valia que lhes é explorada, mantém a existência da classe social dos capitalistas. A totalidade da relação social é deturpada pela forma em que se apresenta como sendo uma troca de equivalentes pelo trabalho, expressa esta troca também na forma do valor em dinheiro pelo salário.

Karl Marx, em seu "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", desenvolve esse tema:

(...) na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base social sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral (idem, s.d.v. 1, p. 301).

A análise de uma formação econômica e social permite objetivar que, ante a sociedade, o indivíduo está condicionado ao modo de produção dominante e é identificado no processo de trabalho com conseqüente situação de classe social.

Assim, é a partir das bases materiais de vida, das relações sociais e econômicas, que se assenta o modo de organização social.

A partir disso se torna importante conceituar o modo de produção como constituído pelas relações sociais de produção e forças produtivas, partindo da centralidade no processo de trabalho e ou em sua forma de realização econômica. Marta Harnecker afirma que, “o conceito de modo de produção é justamente o conceito que nos permite pensar, isto é, conhecer em forma científica, uma totalidade social” (1971, p. 135). Ou também um método teórico de análise e compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade, estando estes compreendidos nas relações econômicas, jurídicas ou políticas. E que, “o conceito de modo de produção se refere a uma totalidade social abstrata (capitalista, servil, escravista etc.)” (idem, p.142).

A caracterização em “abstrata” é a referência que se tem quando é contemplado o entendimento do modo de produção a partir de conceitos abstratos como relações de produção e forças produtivas e também em suas formas históricas. Marta Harnecker expõe o que são esses conceitos: “as forças produtivas não seriam aparentemente senão os elementos do processo de trabalho considerados do ponto de vista de sua potencialidade produtiva, especialmente a força de trabalho e o meio de trabalho” (idem, p. 66). Nesse sentido, considera que é a força de trabalho humana, junto aos meios de produção ou aos instrumentos de trabalho, que caracterizam os diversos ramos de atividades econômicas de produção, definindo uma época da história da sociedade. Para a autora:

As relações sociais de produção não podem ser consideradas apenas como relações humanas, relações entre homens. São relações entre agentes de produção, isto é, entre homens que têm uma função bem determinada na produção de bens materiais, a qual depende da forma em que se relacionem com os meios de produção: *entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos*. Esta relação entre homens passa, portanto, através de uma relação com os objetos: os meios de produção (idem, p. 60-61).

Da exposição acima se ressalta a compreensão do agir humano em um processo em que a cooperação do trabalho social se dá para a produção de bens, de mercadorias no regime capitalista. Sejam estas mercadorias nas formas materiais, abstratas, espirituais, virtuais, simbólicas e ou informacionais.

O modo de produção se define como uma forma histórica em que a sociedade desenvolve seu modelo de organização social, econômica, jurídica e política entre seus membros componentes, ou seus agentes de classes sociais diferenciadas que se encontram no processo de divisão do trabalho. A conjunção das forças produtivas com as relações sociais de produção constitui o modo de produção e estes dão forma à sociedade do capital.

Uma definição para o capital está em Karl Marx, quando afirma que “sabemos que o capitalista divide seu capital em duas partes. Emprega uma parte em meios de produção. É a parte constante. Aplica a outra em força de trabalho. É a parte variável” (1989, p. 350). E a passagem seguinte é esclarecedora:

A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda de composição técnica (Marx, 1987, p. 712 – 713).

São de destaque na formação do capital a sua composição em os meios de produção, a força de trabalho e os seus valores. Em que, em troca da força de trabalho empregada está o salário. E Marx segue explicando a formação do capitalismo, em que o “processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados aos produtores diretos” (idem, p. 830).

O entendimento do capital passa pelos meios de produção, pela força de trabalho, pelas formas de salário, pelas classes sociais envolvidas, pelas relações econômicas. Também, na posse e controle pelo capitalista dos meios de produção, aprisionando o trabalhador ao regime de salários.

A partir dessas definições, torna-se mais simples identificar a diferença em ter o modo de produção como sendo um conceito em aplicação abstrata, sendo que o conceito de formação social se refere a uma totalidade social concreta. Por isso que

o estudo de uma formação social é fundamentalmente uma análise empírica, que nesse estudo é a análise sobre o Brasil.

Os conceitos de modo de produção e formação social são fundamentais quando se busca compreender o capitalismo e o Brasil, analisados a partir do processo de constituição da sociedade do trabalho ou o mundo do trabalho.

1.2 O Processo de Trabalho

A constituição e organização humana em sociedade pressupõem a existência do trabalho. A existência social ultrapassa os fatores físicos de reprodução humana, sendo que, o ato de fazer, através da produção de bens, é parte fundamental dos meios de subsistência. Além das relações sociais existem as relações com a natureza. Aqui se desenvolvem de forma objetiva e direta as relações sociais de produção e de realização do processo de trabalho.

Nesse contexto que a sociedade existe e se utiliza da natureza para satisfazer de forma racional aos seus interesses. Esta relação, das necessidades e sua produção a partir do trabalhar, são expostas por Sávtchenko, quando afirma que:

O homem não pode existir sem satisfazer as suas necessidades vitais: em alimento, roupa, abrigo, defesa contra os elementos hostis da natureza, etc.

Nem todos estes bens, vitais para o homem, se encontram na natureza sob uma forma acabada. Para os obter é necessário produzi-los, ou seja, é necessário trabalhar (1987, p. 6).

O autor também afirma que nos componentes do “processo de trabalho” são compreendidos três elementos fundamentais na sua realização. O primeiro elemento, tendo como ponto de partida que o homem, ou a humanidade em suas relações, tem ação fundamentada em uma atividade “racional”, o que vem a diferenciá-lo dos animais; o segundo elemento incorpora à atividade racional de ação a utilização de “instrumentos de trabalho”, ou pelos “meios de trabalho” como forma de interferir na adaptação e ou fabrico de objetos e bens diversos; o terceiro,

na composição do processo de trabalho, é o “objeto de trabalho”, ou os materiais que são submetidos a toda e qualquer forma de elaboração ou transformação. O processo de trabalho, sendo “a base radical da vida do homem” não se realiza independente da natureza. Aqui que se assenta à organização da vida em sociedade, em suas formas de produção e reprodução, havendo um modo histórico dominante para a produção de bens materiais ou espirituais, tidos como necessários. O modo de produção se efetiva a partir da articulação dos fatores componentes das forças produtivas e das relações de produção (idem, p. 9 – 11).

As forças produtivas são determinadas também na relação humana com a natureza, no ato de produzir bens com trabalho, junto aos instrumentos e os meios de produção. Karl Marx expõe conceito identificando a força de trabalho:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie (1989, p. 187).

Esta força ou capacidade humana é resultado da aplicação física e intelectual de habilidades racionais e também profissionais nas atividades econômicas. A técnica e o conhecimento sob determinada atividade de trabalho são questões que influem junto ao instrumental e ao método de trabalho, resultando no processo de transformação de produtos em valores, de uso ou de troca, junto à sociedade de mercado.

É no desenvolvimento do processo econômico que ocorrem a produção, a distribuição, a troca e o consumo. Os bens produzidos se materializam nas relações sociais de produção, que ocorrem de forma racional, mas independente da ação individual, integradas ao coletivo da sociedade e de seu modo de produção dominante. Também nesse processo econômico que se identificam dois dos grandes setores, o de produção, transformação ou fabricação, e o setor de serviços, em transporte ou comércio. Comum a estes na sociedade capitalista é a sua divisão industrial do trabalho.

Assim, se desenvolvem possíveis distinções no processo de realização do trabalho, em que este poderá existir em diferentes tipos, como o produtivo e o

improdutivo, o manual e o intelectual, o dirigente e o executivo, o vivo e o materializado, o criador e o não criador, o abstrato e o concreto, o artesanal e o mecanizado, o rural e o urbano, o necessário e o excedente. A divisão social no trabalho irá determinar os variados tipos das categorias profissionais de trabalho para o modo capitalista de produção.

1.3 A Divisão Social do Trabalho

A sociedade capitalista é um tipo de sociedade com grande divisão social no processo de realização do trabalho. Esta divisão vem a apresentar as classes sociais, onde cada indivíduo se situa na economia e sociedade. A relação com os meios de produção determina a divisão social no trabalho. Por sua vez, a divisão do trabalho aparece nas diferentes atividades das profissões ou categorias que realizam algum tipo de atividade econômica.

Karl Marx afirma que, “considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria etc., de divisão do trabalho em geral”. Para o autor “o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo” (1989, p. 402 e 404).

Desses elementos destaca-se, na divisão do trabalho, a utilização do instrumental para o trabalho através de uma atividade manual, em manufatura com uma ferramenta, ou, em um mecanismo de ferramentas, constituindo uma máquina. Sendo esta intermediação entre o trabalho e os meios ou instrumentos de trabalho junto à propriedade privada que caracterizam a atividade industrial. Aqui que podem ser distinguidos de forma simples o trabalho urbano fabril nas cidades e o rural agrícola no campo, ao mesmo tempo em que estes também formam a propriedade privada dos meios de produção. No capitalismo se tem a forma social de produzir mercadorias na forma de produtos e na força de trabalho que o capitalista compra do trabalhador em troca do salário. Também a divisão entre os produtores diretos e os proprietários e controladores burocráticos dos meios de produção das mercadorias.

Harry Braverman contribui com este esclarecimento, quando diz que:

A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção (1987, p. 72).

Deve-se considerar a dissociação, por parte do trabalhador, dos meios de produção e a degradação que o processo de trabalho desempenha aos trabalhadores diante da organização capitalista de produção. A propriedade privada capitalista mantém a divisão do trabalho quando o produto do trabalho, ou a mercadoria fabricada são separados do produtor direto, o trabalhador. Ao capitalista pertence o produto do trabalho. Ele investe nos instrumentos e objetos de trabalho, comprando com o salário a força de trabalho do operário assalariado. O regime do capital mantém a produção e circulação das mercadorias com a forma social de comprar e vender em um processo de trabalho parcial na sociedade de mercado.

Harry Braverman qualifica a divisão do trabalho através do processo histórico:

(...) no primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de trabalhadores parcelados, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a *organização do trabalho*. Mas, no estágio seguinte, a maquinofatura, o instrumento de trabalho é retirado das mãos do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado; assim, a mudança no modo de produção neste advém de uma mudança nos *instrumentos de trabalho* (idem, p. 148).

O processo de desenvolvimento histórico se dá com o aperfeiçoamento técnico dos instrumentos de trabalho, aumentando sua produtividade, separando por total os trabalhadores do resultado final do trabalho. O desenvolvimento histórico se dirige ao trabalho mecanizado e dividido da indústria. Torna-se evidente, assim, uma das grandes separações econômicas entre o campo e a cidade, quando, por exemplo, o próprio operador agrícola produz um alimento que não o tem como pertencente, recebe um salário, que com este adquire no mercado seus bens tidos

como necessários à subsistência. Ou, o trabalhador agrícola, no capitalismo, geralmente não produz o seu próprio alimento, tem de comprá-lo. Aos trabalhadores, os reais produtores, resta a separação industrial do resultado final do trabalho, tanto na produção fabril com máquinas como na produção agrícola e manual.

Harry Braverman dedica atenção especial ao que ele qualifica como sendo uma das grandes novidades do sistema capitalista, a “gerência científica”. Em que o desenvolvimento do conhecimento científico pode ocasionar diferenças na atividade de produção, separando, no trabalho produtivo um setor especializado, de coordenação, gerência. Para o autor, “a gerência científica, como é chamada, significa um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (idem, p. 82). Perceber a importância da introdução de uma forma de “controle” sobre o processo do trabalho de produção, é a gerência, ou um trabalho burocrático a mando conservador do capital. Aqui, segundo o autor, está “o eixo sobre qual gira toda a gerência moderna: o controle do trabalho através do controle das decisões que são *tomadas no curso do trabalho*” (idem, p. 98). Este controle do processo de trabalho é tarefa da gerência, de uma elite de trabalhadores que pode agir ao interesse do capital e viabilizar uma maior produtividade e intensidade do trabalho, com sua devida racionalização. Na empresa a gerência poder ser a repressão e, na sociedade o Estado é a coação.

O desenvolvimento do processo produtivo atesta que o aperfeiçoamento da aplicação da gerência científica coincide com a revolução técnico-científica. E que a separação do trabalho mental do trabalho manual reduz em certo ponto a necessidade de trabalhadores diretamente na produção. Caso se tenha o aumento da produtividade, a necessidade de trabalhadores manuais para certa produção é reduzida, junto da eliminação ou transferência de funções mentais que consomem período de tempo para setores de produção. Nesse processo que se afirma ser a separação entre mão e cérebro uma das decisivas medidas aplicadas junto da divisão do trabalho tomada pelo modo capitalista de produção. Podendo ser também a separação entre o trabalho físico e o intelectual, ou ainda o executivo e o dirigente. Aos trabalhadores, o trabalho está sob coação e a divisão nas atividades produtivas enfraquece o proletário diante do capitalista, que tem a propriedade e um aparato de

burocratas que mantêm a coação do regime de salários. Considerando para estes o conjunto do processo de trabalho social.

Para o modo capitalista de produção, os novos métodos e a nova maquinaria são incorporados em um empenho gerencial para dissolver o processo de trabalho como um processo que seja dirigido pela gerência burocrática.

Aqui se forma a burocracia, desligada das operações de produção. Com ela é introduzido também o debate sobre questões contemporâneas, nas quais o modo capitalista de produção constrói uma situação em que um setor de serviços prepondera sob um setor fabril na agregação de valor, sob o regime de troca de mercadorias. Ou, são fortalecidos os setores que estão separados das atividades produtivas. Gerência e burocracia podem ser aproximadas quando é feita referência a um setor dirigente que se distânciava de um trabalho direto de execução, de operar, e é assim que se aproximam dos setores de serviços, pois não são atividades de produção das mercadorias. A burocracia é um resultado da divisão do trabalho, pois ela qualifica as classes sociais em diversas categorias profissionais e aparece também nos tipos de trabalho que a organização social necessita em economia.

1.4 Tipos de Trabalho

O trabalho pode ser qualificado em diferentes tipos, em seu processo de realização. Para haver uma caracterização do trabalho, este é considerado a partir de sua constituição com base no processo das relações econômicas. Assim, tipos de trabalho aparecem em atividades como nos ramos de produção fabril, na agricultura, nos transportes, nos serviços, na burocracia ou na manutenção da existência histórica das classes sociais.

Os tipos de trabalho devem ser identificados junto à divisão social do trabalho e entre as classes sociais pertencentes à forma da produção de mercadorias da sociedade do capital. Esses tipos de trabalho que estão propostos são as variações que aparecem entre as profissões, categorias, operações, ofícios e funções dos funcionários empregados e na apropriação do resultado do trabalho.

Karl Marx expõe de maneira objetiva o que vem a ser o conceito de trabalho produtivo:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia (1987, p. 584).

O trabalho produtivo aparece nas formas em que há a exploração do trabalho pelo capitalista, a produção de mais valia se dá a partir do trabalho excedente incorporado pelo capitalista. A mais valia está no processo de trabalho em que o capitalista se apropria após comprar a mercadoria força de trabalho em troca do salário. Ela está no lucro obtido e que não fica com o trabalhador empregado.

Para explicar tipos de trabalho no conjunto da sociedade capitalista, Braverman afirma que:

O trabalho posto em ação na produção de bens não está por isso nitidamente separado do trabalho aplicado à produção de serviços, visto que ambos são formas de produção de mercadorias, e produção em base capitalista cujo objetivo é a produção não apenas de valor de troca mas de valor excedente para o capitalista. (...)

As várias formas de trabalho que produzem mercadorias para o capitalista devem todas ser consideradas como trabalho produtivo. O operário que constrói um edifício de escritórios e o servente que o limpa toda noite produzem do mesmo modo valor e mais-valia. Pelo fato de serem produtivos para o capitalista, este permite-lhes que trabalhem e produzam; na medida em que só esses trabalhadores sejam produtivos, a sociedade vive à sua custa (1987, p. 347).

Assim, fazendo referência em Karl Marx, Braverman define trabalho produtivo e improdutivo os equiparando e diferenciando:

Marx definia o trabalho produtivo no capitalismo como aquele que produz valor de mercadoria, e, por conseguinte, valor excedente, para o capital. Isto exclui todo o trabalho que não é *trocado por capital*. Proprietários por conta própria – lavradores, artesãos, artífices, comerciantes, liberais, todos os demais por conta própria – enquadravam-se nesta definição de trabalhadores não produtivos porque seu trabalho não é trocado por capital e não contribui diretamente para aumentar o capital. Nem o empregado doméstico é trabalhador produtivo, embora empregado pelo capitalista, porque o trabalho dele é trocado não pelo capital, mas por *renda*. O capitalista que contrata empregados domésticos não está obtendo lucros, mas gastando-os. É claro que esta definição nada tem a haver com a utilidade do trabalho empregado, ou mesmo com sua forma concreta. Este mesmíssimo trabalho tanto poder ser produtivo como improdutivo, dependendo de sua forma *social*. Pagar ao menino do vizinho para aparar a grama é pôr em ação um trabalho improdutivo; chamar um firma especializada em jardinagem que envia um rapaz para o trabalho (talvez até o mesmo rapaz) é coisa inteiramente diferente. Ou, em termos de capitalismo, contratar serviços de jardinagem para conservar a grama da família é consumo improdutivo, enquanto contratar o mesmo serviço de jardinagem para conseguir um lucro do trabalho feito é acionar trabalho produtivo para fins de acumulação de capital (idem, p. 348-349).

O trabalho produtivo está no processo em que cria a mais valia para o capitalista, seu conceito não deve estar no que se produz, mas como se produz. E é assim que o trabalho produtivo pode estar tanto na produção de bens como também nos variados tipos de serviços, pois neles está o trabalho assalariado.

Ao analisar o processo de realização da produção, na fabricação de produtos, com sua característica capitalista de mercadoria e sociedade de mercado, Paul Singer traz contribuição quando diz que “a distinção entre trabalho vivo e morto é a seguinte: trabalho vivo é o incorporado no produto na empresa que o acaba; trabalho morto é o incorporado nos equipamentos, matérias – primas etc. utilizados pelo trabalho vivo” (1979, p. 47). Sobre este tema também é importante a opinião de Sávtchenko:

No processo de trabalho temos: o *trabalho vivo*, que é a actividade racional do homem, orientada para a criação dos bens materiais determinados e o *trabalho materializado* que consiste no trabalho gasto no passado com a criação dos meios de produção (1987, p. 30).

Entre as duas citações anteriores o trabalho morto e o trabalho materializado aparecem como sinônimos. Sendo este uma parcela primária do processo de trabalho. O trabalho vivo é o momento de acréscimo à transformação ou elaboração

por qual a matéria prima é submetida. Em um exemplo, essa divisão está no processo primário de extração de determinada matéria junto à natureza e sua seguinte transformação numa empresa fabril em algum tipo de produto na forma de mercadoria.

Suzana Albornoz comenta a distinção para trabalho manual e intelectual, o que ela chama por “corporal” e “intelectual”:

Todo trabalho supõe tendência para um fim e esforço. Para alguns trabalhos, este esforço será preponderantemente físico; para outros, preponderantemente intelectual. Contudo, parece míope e interesseira esta classificação que divide trabalho intelectual e trabalho corporal. A maioria dos esforços intelectuais se faz acompanhar de esforço corporal; uso minhas mãos e os músculos no braço enquanto datilografo estas páginas, que vou pensando (2002, p. 11).

Comumente utiliza-se essa oposição entre trabalho manual e intelectual e que pode também ser trabalho físico e intelectual. Em um processo de trabalho de fabricação de um produto tende a preponderar um trabalho físico, em um de gerenciamento o intelectual, por exemplo. Ambos contribuem para ocultar a grande divisão social em interesses de classes sociais no conjunto da produção econômica industrial.

Friedrich Engels em seu artigo "O Capital" expõe conceitos que são uma das grandes características do modo capitalista de produção, que são o trabalho excedente, sobretalho ou suplementar e o trabalho necessário. Através do processo de trabalho os define:

O capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe fornece a quantidade de trabalho representada pelo trabalho semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, *terá reembolsado* ao capitalista na noite de quarta-feira o *valor integral de seu salário*. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe comprou o trabalho de *uma semana*: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse *sobretalho* do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a *fonte da mais-valia*, do lucro, do incremento progressivo do capital (MARX & ENGELS, s.d.v. 2, p. 27).

Nessa dualidade do feito no processo de trabalho, junto da divisão social aparecem esses tipos de trabalho:

(...) todo operário a serviço do capitalista executa um duplo trabalho: durante uma parte do tempo em que trabalha, repõe o salário que o capitalista lhe adianta – e essa parte do trabalho é o que Marx chama *trabalho necessário*. Mas o operário tem que continuar trabalhando, produzindo então a mais-valia para o capitalista, uma parte importante da qual é constituída pelo lucro. Essa parte do trabalho tem o nome de *trabalho suplementar* (idem, p. 28).

Os dois tipos de trabalho, excedente e necessário, estão junto da divisão de classes e sua correspondente jornada de trabalho. No processo de trabalho o tempo da jornada está dividido entre o salário que o trabalhador recebe e na mais valia que o capitalista se apropria.

Esses tipos de trabalho dão também forma ao contexto e as tendências no desenvolvimento histórico do modo capitalista de produção. Ciência, técnica, produtividade são presentes junto ao debate que se estabelece nas novas formas de organização e dos métodos de produção do regime econômico de produção capitalista. Aos trabalhadores estão à produtividade, a intensidade, o ritmo de trabalho mercantil e as flexibilizações do mundo do trabalho contemporâneo.

2. REORGANIZAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA DO CAPITAL E AS CLASSES SOCIAIS

2.1 Histórico do Trabalho na Economia

O desenvolvimento do capitalismo traz variadas mudanças em sua constituição e no desenvolvimento das forças produtivas. A história apresenta gradativa inovação material e em formas dos produtos mercadológicos. Essas inovações podem ser exemplificadas com as modernas produções desenvolvidas a partir do conhecimento adquirido em setores de microeletrônica, biotecnologia, etc. Decorre daí também a maior divisão e precarização do processo de trabalho para o conjunto da classe social que vende sua mercadoria força de trabalho em troca do salário: a classe social dos trabalhadores proletários.

Paul Singer faz breve exemplificação desse processo histórico quando compara o aperfeiçoamento das máquinas no século XVIII com a época de início do século XX:

Se a fase inicial da Revolução Industrial foi marcada pela penetração da máquina na manufatura e no transporte, simbolizada pela fábrica e pela ferrovia, a segunda fase vai ser distinguida pela penetração da máquina no consumo individual, simbolizada pelo automóvel e pela televisão (1979, p. 133).

Além desta, uma outra fase pode ser definida nas últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento da informática, com o aperfeiçoamento e crescente utilização das máquinas computadorizadas e seus derivados eletrônicos.

O desenvolvimento histórico, relacionado às forças produtivas e à ciência é explicado por Jacob Gorender quando faz referência ao setor econômico em pesquisa e desenvolvimento:

Os resultados das atividades abrangidas pelo setor de P&D se constituem, no essencial, de *conhecimento* e *informação*, isto é, são resultados imateriais, intangíveis, apropriáveis somente por via intelectual. Em vez de bens físicos, são bens *simbólicos* (...)

Os serviços englobados no conceito de P&D são produtores de valor, com toda a evidência. Neles se concretiza, de maneira mais ostensiva, o caráter produtivo assumido pela ciência, convertida ela própria em força produtiva (2000, p. 163-164).

Estão aí algumas das características do capitalismo contemporâneo, com o desenvolvimento não somente de bens materiais ou físicos, mas simbólicos, de caráter imaterial. O conhecimento científico torna-se um diferencial na produção, bem como também nesses setores as atividades de serviços são ampliadas, destacando os serviços em informação.

No processo histórico em que se tem a mudança no sistema de produção organizado no taylorismo-fordismo para o sistema organizado no toyotismo, há, portanto, também, um aperfeiçoamento histórico no desenvolvimento das forças produtivas e do processo de trabalho no capitalismo. A relação humana com o objeto de trabalho diferencia-se, aumentam a produtividade e a divisão no processo econômico de trabalho. O desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico faz alterar constantemente as forças produtivas. Ricardo Antunes explica o sistema de produção organizado no taylorismo-fordismo, definindo-o no processo histórico do século XX:

(...) entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/ consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões (2000, p.25).

Em contraposição ao sistema fordista, Antunes também define o toyotismo:

(...) ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção *em série e de massa* do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do *estoque mínimo*. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*. O *kanban*, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda que se inicia a reposição de estoques, e o *kanban* é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/ produtos (idem, p. 34).

Para reforçar as afirmações feitas acima, enfatizando o diferencial que ocorre no processo de realização do trabalho, Sérgio Prieb apresenta diferenças com a sobreposição inovadora do toyotismo, sendo um dos fundamentos constitutivos das características do capitalismo contemporâneo:

Diferenciando-se do modelo taylorista, ao buscar elaborar produtos diferenciados, e não mais direcionar o processo produtivo ao predomínio em grande escala de produtos massificados, é que o toyotismo representa a criação da *fábrica flexível*, pronta para se adaptar às mudanças de necessidades de demanda, em contraposição à *fábrica rígida*, predominante no modelo taylorista-fordista (2005, p. 174).

A esta fabricação de modo flexível também se agrega o trabalho flexível, podendo ser ele temporário, de tempo parcial na jornada de trabalho, de forma que possa atender as demandas comerciais de maneira mais precisa, de acordo com a demanda exigida pelo mercado. Assim, o desenvolvimento da ciência e tecnologia está associado diretamente às inovações dos processos produtivos. Novos instrumentos de trabalho adquirem importância, o processo de mecanização do trabalho atravessa constantes aperfeiçoamentos que podem ocasionar menor exigência de força de trabalho.

Karl Marx deixou expostos fatores que vem a definir o modo de desenvolvimento da organização produtiva sob o regime do capital. O processo de trabalho se realiza com a crescente utilização do mecanismo técnico das máquinas. Nesse sentido:

Quando a ferramenta propriamente dita se transfere do homem para um mecanismo, a máquina toma o lugar da simples ferramenta. (...)

Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina-ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, podem tomar o seu lugar o vento, a água, o vapor etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. (...)

A máquina da qual parte a revolução industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que ao mesmo tempo opera com certo número de ferramentas idênticas ou semelhantes àquela, e é acionado por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma (1989, p. 427 a 429).

Aí estão algumas formas do desenvolvimento histórico assumidas pelo processo de trabalho, em que é notável o desenvolvimento tecnológico do maquinário utilizado. Desse processo que decorre a maior divisão social no trabalho e de formas de aplicação do conhecimento técnico. Portanto, a maior produtividade do trabalho está intimamente associada a uma maior introdução de máquinas especializadas no processo de produção. Karl Marx irá dar importância à tecnologia que evolui para a formação dos sistemas automáticos de produção:

Quando a máquina-ferramenta, ao transformar a matéria-prima, executa sem ajuda humana todos os movimentos necessários, precisando apenas da vigilância do homem para uma intervenção eventual, temos um sistema automático, suscetível, de contínuos aperfeiçoamentos (idem, p. 434–435).

Esses tipos de aperfeiçoamento caracterizam a produção desenvolvida na época contemporânea em que está associado ao processo produtivo à ciência. Questões como produtividade, ritmo, intensidade e velocidade estão cada vez mais presentes ao processo do trabalho. Esse conjunto pode explicar os marcos de ação de uma revolução técnica e científica nas atividades produtivas, de transporte, de comércio e consumo.

Características como estas que permitem afirmar que há um processo de desenvolvimento histórico no processo de trabalho, em que se evidenciam aspectos de inovação tecnológica que interagem na organização produtiva ou reestruturação produtiva. Estes, como componentes do modo capitalista de produção, acarretam alterações no mundo do trabalho, tendo como características o aumento de um desemprego estrutural devido a uma não redução da jornada de trabalho, a eliminação de funções no processo de trabalho, construindo a possibilidade de

eliminação de determinadas profissões e ou categorias. Outro resultado pode ser também a diminuição de custos para a produção do capital, com a racionalização, e de menor quantidade necessária de força de trabalho vivo ou trabalho humano.

Uma das características do modo capitalista de produção contemporâneo é a maior concentração de trabalhadores nos ramos de serviços, em detrimento dos ramos fabril e ou agrícola. O desenvolvimento tecnológico permite que menos operações no processo de fabricação sejam necessárias.

Também, permanecem contrastantes a economia rural e a urbana, com as devidas diferenças entre a produção das mercadorias em alimentos ou uma mercadoria de produção fabril. O trabalho industrial está presente, seja na sua divisão social, como na relação com os objetos de trabalho e na apropriação do produto em forma de mercadoria. A economia rural tende a desenvolver ainda mais a sua divisão industrial, com a aplicação do desenvolvimento tecnológico ou da sua mecanização ou automação. Assim, com a modernização do processo produtivo, tende-se a diminuir as diferenças entre o trabalho industrial fabril e o trabalho industrial agrícola. Porém, permanece a exigência do uso da força de trabalho dos trabalhadores, moderna na tecnologia e retrógrada quando do seu uso intensivo.

2.2 Reestruturação Produtiva e os Trabalhadores

A formação histórica do capitalismo trouxe nesses últimos séculos mudanças e inovações no processo de realização do trabalho e da produção econômica. De grande destaque nesse processo é a crescente transformação em direção ao trabalho industrial e mecanizado, ampliando a utilização de máquinas, a organização científica, a produtividade e tecnologia. Em outras palavras, aumenta o desenvolvimento da contradição das forças produtivas, porém ainda com a conservação das relações sociais de produção capitalistas, mesmo com um processo de reestruturação produtiva.

As “inovações técnicas” são definidas por Paul Singer como “a descoberta de novos recursos naturais, a mudança nos métodos de produção, a criação de novos

produtos (...)” (1979, p. 46). E disto que se afirma ser histórico no modo capitalista de produção a inovação, seja ela em modernos produtos ou nos métodos utilizados no processo de trabalho e impostos aos trabalhadores.

As décadas recentes da produção capitalista definem o que comumente chama-se por revolução técnico-científica, ou como terceira revolução industrial. Sávtchenko expõe de forma sucinta as características que definem este processo:

A Revolução técnico-científica teve o seu início nos anos 60. Com ela estão directamente relacionadas as profundas mudanças no conteúdo e na organização do trabalho, devido ao aparecimento de um novo elemento no sistema de máquinas – as instalações cibernéticas, à ampla utilização de novos tipos de energia atômica, etc. e à criação de novas tecnologias como os raios laser, por exemplo, etc (1987, p. 88).

Para o autor, o marco histórico dessa revolução localiza-se a partir da década de 1960 e as mudanças centram-se no conteúdo e na organização do trabalho. Também, novos produtos colocados na sociedade de mercado, produzidos a partir de grandes inovações do processo de produção industrial, têm caracterizado a reestruturação produtiva. Assim, instalações cibernéticas, novos tipos de energia, novas tecnologias, a informática, etc. são elementos que vêm alterar as relações junto à produção econômica, bem como o próprio processo produtivo, sob âmbito estrito das forças produtivas. A revolução técnico-científica vem a se gestar nessas condições, mantendo sua importância na conservação do modo capitalista de produção de mercadorias.

Sérgio Prieb expõe que “crise de acumulação capitalista” e “reestruturação produtiva” são integrantes do processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, uma forma presente do próprio capitalismo em adequação às suas necessidades de extração da mais valia ante o processo de trabalho assalariado. O autor diz que:

(...) visando minimizar a crise de acumulação capitalista, é que no último quartel do século XX as inovações tecnológicas crescem a passos largos. Observa-se, a cada momento, o desenvolvimento das forças produtivas com a introdução da robótica, da microeletrônica, da automação, da cibernética, entre outras, além de novas formas de organização produtiva e empresarial, que implicam em sensíveis alterações na produção, nos transportes, na comunicação, na cultura, etc (2005, p. 26).

Essas alterações econômicas se complementam no que Sávtchenko se refere à “Revolução técnico-científica” (1987, p. 88) e ao que Sérgio Prieb diz em “desenvolvimento das forças produtivas” (2005, p. 26). Junto a estas estão presentes fatores como o aumento da intensidade da jornada de trabalho, com a desregulamentação das leis contratuais trabalhistas, precarização do trabalho, desenvolvimento tecnológico com maior produtividade, ritmo ou intensidade de trabalho. São novas formas e organização da produção econômica, todas que também perpassam a substituição do modelo de trabalho do taylorismo-fordismo para o modelo do toyotismo. Considerando que estas modificações se realizam em período de concorrência entre mercadorias de diferentes países, em época de globalização da economia, e que essas mudanças são também como uma das adaptações à queda nas taxas de lucros dos capitalistas internacionais, ocasionadas, por exemplo, em contexto da crise do petróleo da década de 1970. O desenvolvimento das forças produtivas se efetiva nos marcos de uma reestruturação produtiva do modo capitalista de produção.

Com essas indicações afirma-se que para a classe social dos trabalhadores está inclusa a condição de que a maior produtividade aumenta o ritmo, a velocidade ou a extensão do trabalho, ou, também a exploração da sua força de trabalho. E é nesse contexto que é definido também o trabalho precário que é imposto aos trabalhadores.

Sávtchenko considera que “a revolução técnico-científica, ou seja, a aplicação da nova técnica e tecnologia, produz uma viragem radical no aumento da produtividade social do trabalho” (1987, p. 211). As novas tecnologias podem trazer formas superiores para as relações industriais, mas, sob o capitalismo, que não objetiva a emancipação dos trabalhadores das relações sociais de exploração do trabalho assalariado, significa o aumento do grau de exploração, a exclusão devido à automação da produção e ou o desemprego estrutural. Também é nesse momento

que, no capitalismo contemporâneo, o mundo do trabalho se modifica tendo o setor de serviços grande crescimento diante do setor industrial fabril.

(...) percebe-se, entre as diversas mutações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma importante mudança nos padrões de emprego, em que o setor primário e secundário passam, em termos relativos, a empregar cada vez menos trabalhadores em comparação com o setor terciário, que assume o papel de grande empregador da atualidade (PRIEB, 2005, p. 191).

Esse processo de revolução técnico-científica é superior sob olhar do desprendimento de energia física humana, de libertação de operações monótonas não criadoras. Para Sávtchenko, neste quadro, “o sistema de máquinas automatizado com um dispositivo cibernético de comando, a tecnologia flexível, os robôs, os computadores electrónicos e outras máquinas permitem libertar o homem das operações monótonas não criadoras” (1987, p. 217).

Em conseqüência, no capitalismo atual, aumentam a produtividade e a eficiência, mas também se aprofunda a exploração da força de trabalho no processo de divisão social do trabalho e na presença de classes sociais. Pois com o desenvolvimento tecnológico há condições de grande redução da jornada de trabalho, com conseqüente maior emprego no trabalho de trabalhadores e, também, uma maior tempo livre com a redução da jornada de trabalho necessária.

Sobre as questões de produtividade, ciência, tecnologia, trabalho fabril e comercial, Karl Marx faz referências importantes para a compreensão da reestruturação econômica contemporânea junto às forças produtivas quando diz que “(...) o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação” (1987, p. 722-723). O autor complementa:

Para mobilizar a parte da riqueza social que deve funcionar como capital constante ou, materialmente falando, como meios de produção, é necessária determinada quantidade de trabalho vivo. Essa quantidade é dada tecnologicamente (idem, p. 709).

Considerando que os capitalistas se confrontam como controladores dos produtores de mercadorias, a produtividade torna-se um diferencial no método para a rentabilidade e extração do acúmulo de seus lucros. Competitividade pode assim ser agregada ao incentivo de um desenvolvimento tecnológico dos métodos de produção. Também, deve ser levado em consideração a não existência de um planejamento social sob o que produzir, ou, onde trabalhar, de acordo com os interesses do conjunto da sociedade. Prepondera no processo produtivo os interesses capitalistas e, aos trabalhadores o trabalho, intenso, extenso, precário ou o desemprego.

A determinação das condições de produtividade do trabalho se dá de diferentes formas. Sejam estas nas condições de destreza ou habilidade dos trabalhadores, como pelo nível do desenvolvimento da ciência e de sua aplicação tecnológica, da organização do processo de produção, da qualidade e eficiência dos meios de produção, sendo também estes junto às condições naturais.

O conhecimento vem a ser um elemento pertencente à produtividade, junto ao desenvolvimento técnico dos instrumentos e dos objetos do trabalho, com uma aplicação científica. Maior ou menor grau de conhecimento ocasiona também diferenciações em especializações profissionais, para os trabalhadores classistas podem surgir fragmentações, novas categorias profissionais de trabalho. O maior ou menor nível de conhecimento pode ser um diferencial na luta por um emprego e salário junto ao mercado de trabalho.

O desemprego pode ser identificado pelos padrões do desenvolvimento tecnológico aplicado à produção. É considerado também que o desemprego se apresenta como um fator histórico intrínseco ao regime do capital. Assim, uma população supérflua de trabalhadores é produzida de acordo com o ritmo da acumulação capitalista, tornando-se excedente na economia, ou, que ultrapassa as necessidades momentâneas do capital.

Se desenvolvimento com prosperidade são indicadores da sociedade capitalista atual, também é verdadeira a afirmação de Karl Marx que, “quanto maiores a riqueza social, o capital em função, dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército de reserva” (idem, p. 747). O autor continua:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (idem, p. 738-739).

Assim, a população supérflua, excedente, ou o exército industrial de reserva são também os desempregados atuais, que se contrapõem aos empregados forçados a trabalhar no precário regime de baixos salários e de grande jornada de trabalho. Aos trabalhadores está imposta também uma concorrência, em que a especialização no conhecimento profissional é um diferencial na manutenção de um emprego e nos salários. Karl Marx ainda diz que:

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (1989, p. 493).

Os componentes da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo também se constituem pelas diversas formas de imposição da precarização do trabalho para a classe social dos trabalhadores proletários. Aos trabalhadores correspondem todas as conseqüências dos métodos de reorganização das formas de manutenção da exploração do trabalho, através de seus modos de extração de trabalho excedente pelos capitalistas, sejam eles comerciais, financeiros, bancários, industriais, fabris ou latifundiários.

Jacob Gorender expõe as tendências que se operam no processo de trabalho:

Sob o imperativo da redução dos custos, resultante precisamente do acirramento da concorrência, cortaram-se os efetivos operários em números absolutos e se eliminaram profissões inteiras. O modelo japonês permitiu suprimir os supervisores de qualidade, os especialistas em manutenção, os ferramenteiros e outros profissionais. O trabalho por equipes empurrou os operários a praticar o autocontrole, de tal maneira que a vigilância exercida pelos contramestres e outros superiores hierárquicos cedeu lugar a vigilância exercida pelos próprios companheiros de equipe. Estabeleceu-se um regime de trabalho *dualista*, com um núcleo de operários mais qualificados, estáveis e melhor remunerados, e uma maioria de assalariados em caráter precário, menos qualificados e pior remunerados. Acentuaram-se a fragmentação e diferenciação no seio da classe operária (2000, p. 119).

São esses elementos que caracterizam o capitalismo contemporâneo, suas formas de reestruturação da produção, com reorganização nos métodos de trabalho e manutenção de um trabalho excedente extraído com a mais valia. E que, a maior qualificação no conhecimento profissional é um sinônimo indicativo de também maior remuneração salarial diante dos demais setores ou ramos de trabalho. Esse “trabalho dualista” indicado pelo autor deve ser considerado de modo crítico, pois permanece a forma geral do trabalho assalariado, e a “fragmentação” e a “diferenciação” são apenas indicadores de possíveis novas categorias ou profissões que dividem os trabalhadores na concorrência por um emprego. Ricardo Antunes, a partir dessa situação, indica alterações do mundo do trabalho:

Há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (2000, p. 49–50).

Se a tendência histórica do modo capitalista de produção está em diminuir a necessidade de trabalhadores nos setores fabris e agrícolas, está também no aumento em setores de serviços ou terciário. Aos trabalhadores estão a precarização, o desemprego estrutural, os subempregos, a informalidade, o trabalho temporário e os trabalhos autônomos, são exemplos do capitalismo contemporâneo. Importante salientar que na história do capitalismo sempre houve essas subdivisões entre as diversas categorias profissionais da classe trabalhadora, e estas aparecem na atualidade em feições modernas. Mesmo com todas essas reorganizações do

trabalho, permanecem as classes sociais com interesses antagônicos diante do processo de trabalho.

2.3 As Classes Sociais Fundamentais

A definição de classes sociais vem a ser compreendida como o resultado das relações sociais que se definem no processo de divisão do trabalho. A constituição das classes sociais se dá a partir da vivência humana em sociedade e determinada na forma da organização social da produção econômica. O processo histórico demonstra que para diferentes modos de produção diferentes eram as classes sociais.

Com o desenvolvimento e aumento da complexidade da vida em sociedade, com o aprimoramento e crescimento da produção de bens, vão surgindo diferenciações no trabalho social com a divisão no processo de trabalho. E é com esses fatores que a sociedade vai se tornando heterogênea e antagônica quanto à função de cada indivíduo como componente produtor ou reproduzidor social diante das formas de trabalho.

Ermakova & Rátnikov indicam que as classes sociais “aparecem como resultado da divisão social do trabalho e com o surgimento da propriedade privada sobre os meios de produção” (1986, p. 19). Historicamente as classes sociais surgem com o desenvolvimento e complexidade das formas de constituição de vida em sociedade. Em que, a divisão do trabalho por si só não vem a determinar a existência de classes sociais, o determinante no surgimento das classes sociais se dá com a apropriação privada dos meios de produção e com o conseqüente poder econômico exercido através da propriedade privada com a extração de trabalho excedente. Esta forma privada realiza uma diferenciação na produção econômica e acesso aos bens materiais e ou espirituais produzidos. Um grupo, uma classe social assume a propriedade privada dos meios de produção e, a outro grupo, outra classe social, determina-se que realize o trabalho, como forma de acesso aos bens necessários para a sua subsistência. Para esta classe social, o trabalho realiza-se como uma coação necessária para suprir suas necessidades básicas de vivência. A

classe social dominante é a proprietária privada dos meios de produção e explora a força de trabalho da sua classe social antagônica, a classe social dominada.

Em outras palavras, Ermakova & Rátnikov expressam que “a relação com os meios de produção determina o papel das classes na organização social do trabalho, o modo de obtenção e as dimensões da parte da riqueza social de que dispõem” (1986 p. 21). Também, “a divisão do trabalho fixa os homens numa determinada atividade, e a propriedade privada classifica-os segundo a sua relação com os meios de produção e a apropriação dos resultados do trabalho” (idem, p. 40). Torna-se fundamental para identificar as classes sociais o tipo de relação social de produção que predomina na sociedade. Assim são explicitadas as divisões entre as fases de produção, distribuição, troca e consumo que se realizam no processo econômico.

Daí a importância da caracterização do modo de produção predominante na sociedade. De forma dominante nessa sociedade prepondera o regime econômico de produção do capital. Na sociedade capitalista são duas as classes sociais fundamentais, os trabalhadores proletários e os capitalistas ou burgueses.

Karl Marx indica uma definição simples para conceituar as duas classes sociais fundamentais do modo capitalista de produção, através do processo de trabalho em que um é “(...) o detentor do dinheiro e dos meios de produção e outro detentor da força de trabalho” (1989, p. 451). Ou, um sendo o proprietário dos meios de produção e com o determinante de ser o empregador, e, o outro sendo o empregado com a venda de sua força de trabalho em troca do salário como meio para a subsistência.

Ermakova & Rátnikov identificam as seguintes características que definem a classe dos trabalhadores operários:

O principal na definição da classe operária é o seu lugar no sistema de produção social como classe produtora. À classe operária pertencem os assalariados, cujo trabalho cria a mais-valia na produção material ou assegura aos patrões a possibilidade de apropriar-se da parte da mais-valia criada por outros operários.

Quando a esfera produtiva se entrelaça mais e mais com a esfera de circulação e os serviços, abrem-se as fronteiras da classe operária. Além dos operários industriais e agrícolas, inclui também a massa fundamental dos trabalhadores assalariados da esfera da circulação e dos serviços (1986, p. 66).

Trabalhadores, operários ou proletários podem ser os que realizam o trabalho em troca de sua necessária subsistência, tendo como forma universal de sua identificação o trabalho assalariado, seja ele por tempo definido em jornada de trabalho ou por peça (produto ou mercadoria) comercializada e, também, a não posse dos meios de produção. No processo de trabalho os trabalhadores vendem a sua mercadoria força de trabalho em troca de salário, para assim poder comprar junto ao mercado os seus bens necessários à subsistência. Nessa classe social também comumente se pode dizer que tem a sua sobrevivência a partir da venda do seu próprio trabalho. Perceber que, de acordo com a citação anterior, para a definição de classe operária não estaria sendo considerada a profissão ou categoria no trabalho, ou se é trabalho produtivo e improdutivo, mas que em primeiro para a definição estaria o lugar social na produção, o trabalho, que no capitalismo é assalariado, por tempo ou peça e que gera a mais valia capitalista. Assim, esta classe se define com os trabalhadores de todo e qualquer ramo ou atividade de produção econômica, fabril, agrícola, comercial ou em serviços de transportes, por exemplo, que vivem do trabalho e ou do salário.

Outra das classes sociais fundamentais são os capitalistas ou a burguesia, que exploram o trabalho excedente dos proletários e preservam a propriedade privada nos meios de produção. Sua existência é considerada a partir divisão do trabalho, da forma de apropriação dos meios de produção, da sua condição de detentora privada do capital. Também, de sua condição social de ser a classe que emprega e paga o trabalho com o salário.

Marta Harnecker indica fatores que dão complexidade para a definição das classes, suas diversificações:

Entre todos os grupos sociais que existem em uma sociedade, só os grupos que ao participar de forma direta no processo de produção chegam a constituir-se em pólos antagônicos (exploradores e explorados) se constituem em classes sociais. Existem outros grupos que não podem ser definidos como classes sociais, quer por representar grupos intermediários entre as duas classes antagônicas em nível da produção, como se dá no caso dos técnicos e administradores, quer por não estarem ligados diretamente à produção e sim a serviço de instituições da superestrutura: professores, advogados, funcionários públicos e assim por diante (1971, p. 168).

Com tudo isso se quer afirmar que a modernidade não superou nas condições econômicas, a polaridade entre essas classes fundamentais. Por mais que exista o grande crescimento de um capital financeiro, especulativo ou bancário, como forma de geração da riqueza e agregação de valor, permanecem os reais produtores, os trabalhadores que se encontram no processo de trabalho. A tecnologia exige uma demanda numérica menor de trabalhadores, mas, o desenvolvimento ainda não supera a necessidade da força de trabalho humana. Se crescem demandas por trabalho em diversas categorias profissionais de burocracia, de controle gerencial, nos serviços públicos, comércio ou em transporte, ainda são também os proletários de trabalho manual ou de operação que edificam, fabricam ou transformam os produtos em forma de mercadorias com toda a tecnologia da modernidade, ou, ainda também com toda a retrógrada precariedade.

As classes sociais fundamentais estão no processo de produção e transformação de produtos ou mercadorias, para setores econômicos outros, surgem os grupos intermediários. Considerando que estes são conseqüências do processo de trabalho, de uma cadeia produtiva, desde a realização da produção ao consumo final.

2.4 Os Setores Intermediários

Além das duas classes fundamentais e antagônicas na produção, sob o regime econômico desenvolvem-se inúmeros grupos ou camadas que são intermediários. Esses setores são geralmente identificados com a pequena burguesia ou classe média e estão presentes nas mais diversas profissões e categorias. Ressaltando que esses setores estão mais facilmente identificados nos setores econômicos de serviços, do comércio, transportes ou na burocracia.

Ermakova & Rátnikov irão diferenciar na classe social dos trabalhadores os empregados, considerando a função social no processo de trabalho:

Os *empregados* são um grupo jurídico formal e não de classe que inclui os trabalhadores não manuais e intelectuais, cujo ordenado é fixo. Subdividem-se em vários grupos segundo a profissão: pessoal administrativo, engenheiros, técnicos e outros especialistas, empregados do comércio e de escritório, etc (1986, p. 71).

Para definição dos empregados é de importância sua situação de trabalhadores em setores econômicos fora do setor de produção da mercadoria na economia capitalista. Os empregados são mais bem entendidos se forem classificados como uma de várias profissões que existem na classe social dos trabalhadores, em que mesmo com as profissões ainda subdividem-se em várias categorias. De fundamental importância é em que na relação social de produção recebem forma que se equipara ao salário ante o trabalho realizado. Assim se consideram os empregados como identificados também com as tarefas, ofícios e funções dos funcionários. Entende-se que empregados e funcionários são partes constituintes da classe social dos trabalhadores, pois não dispõem da posse dos meios de produção, recebem a forma salário e são viabilizadores da economia capitalista em modo geral. Independente de estarem em empresa privada ou estatal, eles ocupam lugar definido na divisão social do trabalho. Comum para estes é estarem em setores dos serviços, do comércio, nos trabalhos de burocracia, de escritório ou atendimento.

Harry Braverman caracteriza essa situação em que se aproximam empregados e funcionários, considerando-os a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo:

Se encararmos a evolução daquelas funções chamadas *burocráticas* por um amplo panorama, desde a Revolução Industrial até os dias atuais, logo seremos levados a duvidar de que estamos tratando da evolução contínua de um único segmento profissional. Os serviços em escritório de inícios do século XIX podem, de um modo geral, aparecer mais adequadamente como os antepassados da moderna gerência profissional do que a presente classificação de função burocrática. Embora seja provável que alguns dos funcionários de escritório daquela época correspondam aproximadamente aos atuais em função e posição no seio da empresa, por diversas razões seria mais apropriado vê-los na fase atual do capitalismo monopolista como virtualmente um novo estrato, criado nas últimas décadas de século XIX e a partir de então enormemente ampliado (1987, p. 249).

Ao exposto pelo autor, a burocracia deve ser entendida como um processo de uma função de trabalho que está separada de um trabalho de produção da mercadoria, e, inclusive em o que são os serviços, o trabalho de escritório ou de gerência. O que o autor se refere como “novo estrato” deve ser entendido como uma categoria, ou uma maior profissionalização do trabalho do capitalismo contemporâneo. Empregados e funcionários, podem ser enquadrados ao trabalho burocrático, a uma categoria subordinada as classes sociais fundamentais, tanto em setor privado como estatal.

Karl Marx expressa na história a tendência do regime do capital em dividir o trabalho em formas de gerência ou controle:

De início, o capitalista em germe liberta-se do trabalho manual quando seu capital atinge aquela magnitude mínima em que começa a produção capitalista propriamente dita. Com o desenvolvimento, o capitalista se desfaz da função de supervisão direta e continua dos trabalhadores isolados e dos grupos de trabalhadores, entregando-a a um tipo especial de assalariados. Do mesmo modo que um exército, a massa de trabalhadores que trabalha em conjunto sob o comando do mesmo capital precisa de oficiais superiores (dirigentes, gerentes) e suboficiais (contramestres, inspetores, capatazes, feitores), que, durante o processo de trabalho, comandam em nome do capital (1989, p. 381).

Atenção ao que classifica por “tipo especial de assalariados”, que podem ser tanto agentes para a ou de origem da própria classe social dos capitalistas. Na divisão do trabalho são conservadores ou viabilizadores do regime capitalista, podem ser os diretamente indicados pelos capitalistas, sendo assalariados de alto preço por sua força de trabalho. Geralmente seu trabalho é burocrático. Dessa forma coexistem categorias, profissões, funções que se diferenciam no processo de trabalhar. Todos esses estão subordinados em importância ao funcionamento da economia em relação a classificação geral das duas classes sociais fundamentais. Esses setores se não produzem diretamente a mais valia são viabilizadores desta.

Esses funcionários empregados com altos salários podem ter variações em sua identificação social, podem facilmente ser enquadrados na classe assalariada, ou, podem também ser trabalhadores com modo de vida burguês. Serão burgueses devido aos seus altos salários, sua conseqüente condição social de vida e, por serem agentes conservadores e gerenciadores do capital se identificando com este.

Se não é a classe em si, podem ser uma fração de elite de classe identificada com os capitalistas.

Com esses setores do processo de divisão social do trabalho que aparecem questões da atualidade do modo capitalista de produção. Aí está a grande diversificação das classes sociais que compõem o capitalismo contemporâneo. Ricardo Antunes apresenta essas tendências da economia e que acarretam mudanças na constituição de classe social, ou dificuldades muitas vezes para se identificar as classes fundamentais no contexto contemporâneo da sociedade dos produtores de mercadorias e na diversidade dos trabalhadores de diferentes profissões. Essa afirmação central permanece, quando o autor se refere em "classe-que-vive-do-trabalho", a qual poderia também ser acrescentada referência à classe social que vive do salário. E também aparecem aí apenas categorias, quando se refere em "intelectualização" e "subproletarização":

Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização* do trabalho *manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc (2000, p. 62).

E, também,

(...) no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo (...) há uma *processualidade contraditória* que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior *heterogeneização, fragmentação e complexificação* da classe trabalhadora (idem, p. 49-50).

Só que, junto ao "operariado industrial e fabril" estariam o "subproletariado, o "trabalho precário", o "assalariamento", que são, como já foi afirmado, categorias ou profissões da classe social dos trabalhadores, porque tem um salário por tempo ou peça. A "heterogeneização, fragmentação e complexificação" por qual está a se desenvolver na classe trabalhadora seriam categorias, profissões diferenciadas, pois

a condição de classe social é mantida quando se afirma que estão a exploração da força de trabalho, da mercadoria força de trabalho, por tempo de contrato trabalhista definido ou na condição de autônomo na forma de salário em tempo definido na jornada de trabalho ou por peça produzida ou comercializada. Essas categorias podem fracionar a identificação de classe social na precarização do processo de trabalho do capitalismo contemporâneo, mas permanece a forma geral do trabalho proletário.

Outra expressão, que é utilizada por Ermakova & Rátnikov são as “camadas intermediárias” (1986, p. 68), que é o que comumente também se define por classe média. Os autores se referem a que “na interpretação dos teóricos burgueses, a *classe média* é uma conglomeração de diferentes grupos sociais, selecionados segundo o nível de rendimentos, independente de todos os outros elementos das relações de produção” (idem, p. 64). Em que se torna uma definição pouco precisa, pois não é determinada pela função no processo econômico e divisão do trabalho, na relação com os meios de produção, por isso é uma categoria subordinada. A definição se dá com base em rendimentos salariais, em que mesmo na classe social dos trabalhadores pode haver variações em maiores ou menores salários, ou maiores ou menores rendas, dependendo do setor econômico. Classe média é pouco precisa ante um semi proletário proprietário de algum tipo de empresa comercial, ou a um pequeno capitalista de produção mercantil, ou uma elite da classe dos trabalhadores, ou aos burocráticos, de gerência ou de alguma especialização profissional. Ou seja, o conceito de classe média é abstrato e pode ser pluri-classista. Como se refere Jacob Gorender, a “(...) classe média é um conceito meramente descritivo. Seria a classe que está abaixo da superior e acima da inferior (...) à *classe dos assalariados intelectuais*” (2000, p. 162).

Em que se introduz também para definir classe média a diferenciação entre os trabalhadores manuais e os não-manuais, que seriam os trabalhadores intelectuais. E estes trabalhadores intelectuais seriam os escolarizados, os de serviços em atividades burocratas separadas das operações de produção. Também deve ser levado em conta o conceito de elite, que podem ser os trabalhadores de maior qualificação no conhecimento, escolaridade e ou os de maiores rendimentos salariais. Citam-se aqui também setores ou camadas caracterizados como semi-proletários, profissionais liberais, pequeno capitalistas ou a pequena burguesia, os

de propriedade familiar, setores proletários de elite, de herança familiar ou ascensão social. Elites são ditas como na existência de categorias de salários mais altos, intelectualizada ou de trabalho estável, exemplo comum são os trabalhadores do serviço público.

Décio Saes, em uma forma empírica, faz distinções que vem a caracterizar o que seria uma definição de classe média, ou como ele se refere com uma “condição média” ou “grupos médios”:

A sociedade capitalista impôs uma *condição média* à fração *não-manual* dos trabalhadores improdutivos e, ao fazê-lo, afastou-a, seja da classe operária, seja dos trabalhadores improdutivos *manuais* (por exemplo, os vendedores ambulantes ou os trabalhadores do transporte). O funcionamento da sociedade capitalista exige, pois, a constituição de grupos *médios*: são integrados pelos trabalhadores de escritório, entre eles os profissionais liberais, os funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos trabalhadores do comércio, os empregados de banco (1984, p. 15).

As classes sociais estão constituídas em forma de classes fundamentais, com variadas profissões que por sua vez tem diversas categorias, e estas são os setores intermediários. Mantendo-se o conceito de classes medianas, devem ser equiparadas essas formas com as elites, com os profissionais liberais, os pequenos e médios capitalistas de produção mercantil, a intelectualidade, os estudantes e os escolarizados, os manuais e os intelectuais, os artesanais e os maquinais. Sendo assim, categorias possíveis de classificação para os trabalhadores também o seriam as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos. São variações na realização do processo de trabalho e situação social, mas inclusas na divisão social caracterizada na propriedade privada dos meios de produção e nas relações de assalariamento, ou da força de trabalho do modo de produção dominante como mais uma das mercadorias na sociedade.

Classes sociais fundamentais e os setores intermediários aparecem quando se faz análise de uma determinada formação social. Uma exposição sobre a sociedade do trabalho no Brasil apresenta essa constituição social.

3. A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

3.1 Introdução Histórica

O Brasil em sua atualidade se define como um país capitalista urbano e industrial, a partir de sua diversificação da produção econômica e na forma predominante de produtor de mercadorias. A formação econômica e social no Brasil teve em seu processo histórico uma mudança fundamental quanto à composição na divisão do trabalho, em que de uma sociedade escravista originária do século XVI e estendida até o final do século XIX, passou para uma transição à sociedade capitalista. O trabalho em regime compulsório do modo escravista de produção deixou de ser dominante, crescendo e se desenvolvendo o modo capitalista de produção, com sua regulamentação jurídica de compra e venda da força de trabalho como uma mercadoria. O mercado de trabalho foi desenvolvido com suas formas de oferta e contratação de trabalho.

Para o conjunto do processo de formação da sociedade brasileira, a definição que Décio Saes faz sobre uma “revolução política”, ou o processo de acontecimentos em curto período de tempo que acarretam ao fim do Estado escravista no Brasil, trazendo alterações políticas, jurídicas e econômicas são grandes destaques nas mudanças no processo histórico de desenvolvimento para o capitalismo no país:

A Abolição, a Proclamação da República e a Assembléia Constituinte representam etapas distintas de um único processo: o processo de transformação burguesa do Estado brasileiro; ou, dito de outra forma, o processo de formação do Estado burguês no Brasil. Tal processo constitui a revolução política burguesa, ou revolução burguesa num sentido estrito: transformação do tipo (natureza de classe) de estrutura jurídico – política dominante numa formação social (1985, p. 182).

Essas mudanças caracterizadas pelo autor são os fatos que trazem, com a luta entre as classes existentes, a igualdade jurídica entre os prestadores ou

executores do trabalho e os empregadores capitalistas. Com os episódios citados, forma-se no Brasil o modelo de burocracia e do direito de origem burguesa, consolida-se a divisão social do trabalho para os trabalhadores livres que vendem a sua mercadoria força de trabalho no mercado de trabalho. Essa época é de avanço no desenvolvimento do capitalismo no país, quando, juridicamente, passam a ser definidos os trabalhadores assalariados, operários ou proletários, e a classe social dos capitalistas proprietários dos meios de produção, sejam latifundiários, industriais, fabris, comerciais ou banqueiros.

Nesse sentido, Cyro Rezende Filho afirma que “(...) a única mudança estrutural que a economia brasileira sofrera em quase quatro séculos, fora a substituição do trabalho escravo pelo *assalariamento* em finais do século XIX” (1999, p. 17). Nessa época histórica, os trabalhadores escravos decrescem rapidamente em números, em sua utilização compulsória na economia. Enquanto isso, os latifundiários escravistas deixam de ser uma classe social que se reproduz na economia e no governo de Estado do país. Cresce uma pequena burguesia rural, a pequena produção mercantil e, também, a que popularmente passou a ser chamada de agricultura familiar, junto com os contingentes imigratórios que ao país chegam. Camponeses subsistem em esparsas regiões sem desenvolvimento, pois mantêm sua produção para o próprio consumo, com caso semelhante para inúmeras comunidades de nativos indígenas existentes no país. A burguesia empresarial cresce principalmente junto ao setor urbano do país, tendo como conseqüência a formação da classe social dos trabalhadores proletários.

Contribui Mirta Misailidis quando afirma que “em 1888, a regente ocasional do trono precipitou o fim da escravatura, concedendo a liberdade a todos os escravos. Dessa medida decorreu, como era previsível, a falta de mão-de-obra nas atividades rurais, levando o Brasil a abrir as portas à imigração européia” (2001, p. 38). Em partes é aceita a afirmação da autora, porque a Lei de Terras de 1850 e o impedimento legal e militar do comércio de trabalhadores escravos são, também, fatores que interagem para a superação do modo escravista de produção no Brasil, acarretando falta numérica de trabalhadores necessários às atividades agrícolas. Essa transição ao trabalho assalariado tem de ser analisada com a classificação por ramos de produção, dos tipos de trabalho definidos no processo histórico. Assim, o

desenvolvimento urbano e rural no país gera uma concentração populacional que caracterizam o processo de desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse aspecto, é essencial também a característica brasileira pós Revolução de 1930, com a constante intervenção do Estado na economia, através de empresas estatais ou de capital misto. A partir dessas décadas ocorre um rápido crescimento urbano com a transferência da maioria da população para o espaço urbano.

O regime jurídico das relações de trabalho que vigoram na atualidade tem sua fundamentação geral na Consolidação das Leis do Trabalho, construídas a partir do ano de 1943, resultado da política do Estado interventor oriundo dos marcos da Revolução de 1930.

Essas características do Estado brasileiro são resumidas por Mirta Misailidis quando afirma que “o intervencionismo estatal nos conflitos Capital x Trabalho acentua-se a partir de 1930, e as conquistas dos trabalhadores não surgem das negociações entre órgãos representativos de classe, mas nos decretos e leis do executivo e do legislativo, respectivamente” (2001, p. 51). Assim, o Brasil constrói um modelo de Estado com forte intervenção, seja na economia empresarial, fabril ou no setor terciário, como também na regulamentação jurídica do regime de trabalho. Somam-se a isso as leis estatais, com destaque as oriundas do Ministério do Trabalho, que regulam as relações sindicais, os contratos de trabalho, enfim, todo o regime trabalhista.

Essas são características influentes no país, em que o poder de Estado tem grande presença na economia e nas relações políticas. Por outro lado, ao se trabalhar com a década de 1990, com as práticas neoliberais, percebe-se uma mudança nesse padrão estatal.

3.2 Política Econômica e o Estado Brasileiro pós 1990

A história brasileira da década de 1930 até a década de 1980 é marcada pela presença de um modelo de Estado com forte intervenção na economia e na política do país. Empresas privadas capitalistas convivem com as empresas estatais,

também na forma de propriedade mista. A regulação política das classes sociais foi desenvolvida sob forte poder de Estado através da legislação trabalhista.

Na sociedade capitalista contemporânea, o Brasil se insere no modelo neoliberal de forma subordinada ao capital internacional. Analisando a política econômica e de governo do Estado, argumenta-se que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, com a reestruturação produtiva, é marcado por um histórico de conservação capitalista sem um significativo crescimento econômico em áreas de infra-estrutura ou fabril, correspondente às demandas sociais do conjunto da população.

O neoliberalismo no Brasil tem como um dos marcos históricos de sua plena efetivação a época posterior ao ano de 1990, ou a partir do governo Fernando Collor de Mello. As reformas administrativas, comerciais, jurídicas e fiscais dessa época dão indicativos do conteúdo dessa nova etapa para o país.

Renato Baumann expõe o andamento dessas reformas:

O processo foi iniciado com a reforma da política comercial e, no início da década de 1990, alguns movimentos esporádicos tentaram a privatização de ativos públicos, seguidos pela abertura da conta de capitais do Balanço de Pagamentos. A segunda geração de reformas foi iniciada apenas na segunda metade da década, com reformas administrativas e no setor de seguridade social, acompanhadas de uma série de mudanças em vários programas sociais, que compreenderam educação, saúde e redução de pobreza (...)

A liberalização comercial teve início em 1987, com a primeira mudança ocorrida em trinta anos de estrutura de tarifas nominais, e uma redução progressiva de alíquotas tarifárias, que foi acelerada desde 1990 (1999, p. 19-20).

Também Rubens Cysne, em seu artigo, contribui no tema sobre a prática neoliberal no país:

O início do processo de privatização ocorreu em 1981, quando o governo aprovou o Decreto nº 86.215, que fixava as primeiras diretrizes para a transferência de empresas controladas pelo governo federal. Mas apenas após 1990 (sobretudo após 1995), é que as privatizações realmente assumiram maior vulto (...)

A partir do Plano Real, em 1994, realizou-se uma ampla e bem-sucedida reforma do sistema bancário, visando amenizar os custos de uma transição para uma inflação baixa, potencializados por uma supervisão demasiado passiva do Banco Central no período de inflação elevada (in BAUMANN, 1999, p. 56).

Essas características evidenciam a passagem no Brasil de um modelo de Estado interventor e empresarial a um Estado que atua apenas como regulador das relações econômicas. As privatizações se deram em setores de transportes, produção mineral, elétrica, telecomunicações, etc. A intervenção estatal através do governo passou a se dar com a criação de agentes regulatórios, tendo como exemplos a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, de 1997), a Agência Nacional do Petróleo (ANP, de 1997). Essas mudanças atestam a passagem para um maior poder a sociedade de mercado.

José Camargo define essas mudanças:

A década de 1990 tem se caracterizado como um dos mais importantes pontos de inflexão na história econômica brasileira. Partindo de uma economia fechada ao fluxo de comércio e de capitais internacionais, com grande presença do Estado como produtor de bens e serviços e uma crescente tendência inflacionaria, o Brasil caminhou para uma economia aberta, com redução da proteção comercial e liberalização dos fluxos de capitais, redução da presença do Estado como produtor de bens e serviços, através do processo de privatização, culminando com um programa de estabilização baseado em uma âncora cambial respaldado pela abertura comercial e financeira (in BAUMANN, 1999, p. 255).

Em sintonia com o contexto internacional, também dos países latino americanos, que o governo brasileiro viabiliza a tendência de desenvolvimento do capitalismo neoliberal, com a diminuição da intervenção do poder de Estado nas relações econômicas, como, por exemplo, na produção de bens e serviços. Isto em condições de um novo modelo econômico, em que ao Estado resta uma função residual na atividade econômica e não de manutenção de uma forma de propriedade estatal ou pública. O desenvolvimento da função econômica do Estado passa a ser na regulação da concorrência privada, tendo uma participação como política de governo reduzida apenas para áreas sociais, como a educação, a saúde ou a repressão.

O fim da Ditadura Militar, que teve duração entre os anos de 1964 a 1985, somada à Constituição de 1988 e a eleição para o governo federal do neoliberal Fernando Collor de Mello, consolida o Brasil em uma participação subordinada à economia mundial e ao modelo neoliberal para o desenvolvimento social. Segundo Marcio Pochmann:

(...) o ano de 1990 marcou uma drástica ruptura no padrão de intervenção do Estado na economia brasileira. Com a vitória de Collor nas eleições de 1989, não apenas as medidas estabelecidas pelo *Consenso de Washington* passaram a ser implementadas no Brasil, como foi instituído um novo modelo econômico. A ênfase na revisão do papel do Estado teve, além da realização das reformas administrativa, tributária e previdenciária, a preocupação com a promoção de um intenso programa de privatização. (...) o desmonte do Estado transcorreu ao longo dos anos 1990 fortalecido pelas idéias de transferência de ativos públicos para o setor privado, como forma de estabelecer um novo condutor do desenvolvimento econômico e social. Ao Estado coube um espaço regulador, voltado ao estímulo da competição e da eficiência dos mercados, bem como variável importante adotada no ajuste fiscal (2001, p. 23).

Assim, o Brasil vive uma época de reformas institucionais conservadoras de seu sistema capitalista. A revisão do papel do Estado e a sua abertura ao mercado internacional é também o seu enfraquecimento na participação no setor econômico, seja na produção ou nos serviços, aumentando a dependência econômica do país em relação às empresas multinacionais. No processo histórico brasileiro vem acontecendo o rápido decréscimo, através de reformas, dos padrões de intervenção estatal. O modo para o desenvolvimento econômico social é transferido gradativamente para um maior controle do setor privado capitalista, caracterizando também uma maior internacionalização do parque produtivo, com muitos ramos econômicos sendo controlados pelo capital internacional, e com uma plenitude maior da sociedade de mercado.

Do processo de crescimento do poder de Estado iniciado com a Revolução de 1930, caracterizando as políticas desenvolvimentistas e, às vezes, nacionalistas, o neoliberalismo representa uma contraposição às reordenações políticas diante do modelo brasileiro de gestão do Estado.

Especialmente em relação ao padrão de relações de trabalho estabelecido a partir da Revolução de Trinta, a adoção das políticas neoliberais pressupõe a desconstitucionalização dos direitos trabalhistas, assim como o esvaziamento do código do trabalho, através da introdução de uma série de medidas flexibilizadoras das relações de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 147).

O neoliberalismo também é a precarização do processo de trabalho no país. Aos trabalhadores foram impostos contratos de trabalho que modificam a legislação

nacional, através de variadas flexibilizações trabalhistas, como o trabalho temporário, parcial, intenso e outros. Ocorrem perdas de direitos legais, somados a uma falta de crescimento econômico, o que gera o aumento do desemprego. O trabalhador brasileiro teve a exploração de sua força de trabalho intensificada e também precarizada, somado também com a imposição de um desemprego estrutural crescente. As reformas institucionais têm alterado a intervenção econômica do Estado. No lugar da manutenção de empresas públicas adotou-se a política de qualificação profissional da força de trabalho para as empresas.

Nos anos 1990, o papel de intermediação trabalhista do Ministério e das Secretarias do Trabalho, perdeu importância, com a substituição dos temas associados às relações de trabalho por ações pontuais no campo da formação profissional, do seguro desemprego, da geração de emprego e renda e da desregulamentação do mercado de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 157).

O modelo de Estado regulador passa a atuar assim, prioritariamente nos campos de qualificação, treinamento da força de trabalho e não da ação de criação de trabalho e ou emprego na participação em empresas. O neoliberalismo acarreta todo um conjunto de mudanças que influem no caráter de atuação estrutural do Estado. Capitalistas e liberais são as reformas do neoliberalismo contemporâneo trazidas ao Brasil, gerando apenas uma modernização do país aos padrões internacionais do capitalismo desenvolvido.

Desse contexto, pode ser identificada uma definição histórica do Estado no Brasil, em que, como setor público, compreende duas dimensões. Uma correspondendo às funções de governo, de administração em geral e nas autarquias. Outra se refere às empresas estatais ou públicas, que podem ser nos setores produtivos da economia, ou em setores de serviços e transportes.

O Estado, em forma de poder público, é bem definido junto à forma do governo e administração pública, também com as empresas estatais, reduzidas em grande quantidade pelas privatizações. Nesse sentido, essas mudanças neoliberais têm as características de afastar o Estado, como instituição pública, de participar diretamente da economia. A diminuição do Estado, com as privatizações, gera uma

maior concentração do poder econômico e político para as classes sociais de interesse privado.

O reforço da economia privada no Brasil é evidenciado com a caracterização do modelo econômico neoliberal aqui aplicado. A década de 1990, período inicial da vigência desse novo modelo econômico, apresenta como práticas a desregulamentação das políticas comercial e financeira do Estado nacional, através da introdução de medidas de liberalização do mercado de trabalho. Programas de governos incentivaram a aplicação dos planos neoliberais, que vieram a não diferenciar o mercado interno do país em relação ao mercado internacional. Fatores como estes, indicativos de uma inserção subordinada do país às economias internacionais de mercado, promovem ações competitivas junto à modernização produtiva das diversas empresas que cada vez mais aprofundam suas relações internacionais.

Nos últimos anos, no Brasil, o desenvolvimento se efetiva, hegemonicamente, na economia privada em detrimento da estatal. O país aprofundou sua subordinação ao regime de produção capitalista e ainda de forma dependente a economia internacional.

3.3 Economia e Sociedade

O período histórico pós 1990, ou de efetivação do neoliberalismo no Brasil, se dá com maior integração subordinada à economia internacional, tendo à prevalência da subordinação ao poder da classe social dos capitalistas multinacionais, com conseqüente detrimento da classe dos capitalistas nacionais, sejam fabris ou comerciais.

No processo de desenvolvimento histórico do país, a década de 1990 foi marcada por fatores em que os investimentos diretos do exterior participaram tanto do processo de privatização do setor produtivo estatal e dos serviços públicos, quanto da aquisição por compra de muitas empresas privadas nacionais de diferentes setores ou ramos econômicos. Com isso, aprofunda-se o processo de

desestatização da economia e também da desnacionalização de diversas empresas em prol do capital internacional.

Todos esses fatores podem ser explicados junto ao contexto da contemporaneidade do capitalismo internacional. Marcio Pochmann expõe essa questão ou a tendência do capitalismo das últimas décadas do século XX, de formação de grandes monopólios controlados por empresas, com sua implicação ao Brasil:

A constituição de estruturas oligopolizadas e oligopsônicas de mercado no plano mundial rompeu com o formato original da regulação estatal estabelecida a partir dos anos 1930 no plano nacional, sem a redefinição, até o momento, de um novo e bem - sucedido formato regulatório supranacional (2001, p. 16).

O autor se refere às formas da economia privada que se sobrepõem, impondo uma desregulamentação do então modelo de Estado no Brasil. E a "redefinição" pode ser a não prevalência do poder governamental de Estado na defesa dos interesses da classe dos capitalistas da economia nacional. Assim, o neoliberalismo se consolida como uma política econômica em que os interesses das classes capitalistas de interesse e origem internacional acabam por prevalecer frente ao poder do Estado nacional. O caso brasileiro, de uma diminuição da economia estatal e pública, em contraposição ao crescimento da intervenção privada, geralmente pelas empresas de capital internacional, tem sido marcado também por setores capitalistas de origem nacional que se associam ao capital externo. Também, característica dessa época histórica brasileira é a conservação de um crescimento econômico que não atende aos interesses nacionais, com precarização do processo de trabalho para o conjunto da população.

A transferência de poder à sociedade de mercado não atende aos interesses nacionais de produção econômica do conjunto da sociedade ou do povo do país, nos bens ou serviços necessários. A abertura comercial aplicada ao país, de modo rápido e não acompanhada de políticas planejadas para a produção fabril e agrícola, levou à desarticulação de algumas cadeias produtivas nacionais, provocando assim a substituição de variados produtos de origem nacional por outros oriundos de importação. Com esses fatores parcelas do desemprego do país podem ser identificadas em sua origem.

Em relação ao setor econômico de serviços, ou como se refere Marcio Pochmann em “indústria de tecnologia de informação e comunicação” (2001, p. 62), indica-se que o Brasil “está deixando de ser produtor de bens e serviços de maior valor agregado e de alto conteúdo tecnológico para assumir uma posição industrial mais próxima a de montagem (maquiagem produtiva) e de comprador de novas tecnologias” (idem, p.76). Acrescenta-se a este processo que o país nesses anos de neoliberalismo deixa de apresentar um crescimento na economia fabril de alta tecnologia, para obter crescimento exclusivamente em setores econômicos de serviços. O maior exemplo é o setor das comunicações. Assim, a modernização por qual o Brasil passa na década de 1990 não é acompanhada de crescimento considerável de sua produção de produtos de alta tecnologia. Aqui se tem outro exemplo no setor de informática.

A modernização se dá também nas atividades produtivas tradicionais, como a agricultura, a fabricação ou extração. O desenvolvimento tecnológico dos serviços em muito é oriundo de empresas de outros países, acarretando, com a livre concorrência, o aumento da informalidade, da intensidade e extensão do trabalho e da imposição do desemprego para os trabalhadores.

Em outras palavras, isso também é dito pelos autores no artigo intitulado “Emprego e Produtividade no Brasil na Década de 1990” (in BAUMANN, 1999), quando afirmam que há “redução do emprego industrial, aumento da proporção de trabalhadores informais, combinado o aumento do rendimento real dos trabalhadores e do emprego nos setores de comércio e serviços (...)” (p. 256). Estes indicadores mostram uma tendência para o Brasil, com a quase paralisação do crescimento industrial fabril em termos necessários, com aumento do trabalho no emprego informal com exclusão dos direitos trabalhistas legalmente constituídos, sendo alguns dos expoentes da precarização do trabalho. E, considerando que para os trabalhadores dos “setores de comércio e serviços” houve melhorias salariais no contexto geral de país, principalmente em áreas de maior desenvolvimento ou modernização tecnológica, o que implica certa especialização no conhecimento profissional.

Também afirmam que “entre meados de 1994 e o final de 1997, o custo real do trabalho na indústria cresceu 30 pontos de porcentagem” (idem, p. 271). Dessa questão se considera que, no período, o país já convivia com inflação estável e o

custo do trabalho deve ser identificado com os valores da força de trabalho, dos meios e instrumentos de trabalho, da matéria prima, como também dos meios de produção. Considerando a paralisia no crescimento econômico e uma redução do número de empregos nesse setor econômico, a variação nos custos pode ser identificada também por meio da produtividade no trabalho, da modernização com inovações tecnológicas, da reestruturação, reorganização ou racionalização do processo e métodos de trabalho. De modo que os custos também podem ter variado com a qualificação profissional, que tende a valorizar a força de trabalho. Assim é acertada a afirmação que:

A redução do emprego industrial (...) é o resultado do processo de abertura comercial e aumento da concorrência desencadeado por essa mudança estrutural. A maior abertura econômica tornou fundamental para a própria sobrevivência do setor industrial brasileiro a introdução de novas tecnologias e de novas formas de organização do trabalho, cujo principal objetivo foi o aumento da produtividade da indústria (in BAUMANN, p. 259).

Essas mudanças estruturais também foram introduzidas nas instituições públicas. O neoliberalismo no Brasil se caracterizou também com reforma administrativa aos trabalhadores do serviço público. Com as privatizações e a reorganização com racionalização do trabalho, as empresas demitem quantidade numerosa de trabalhadores. A modernização tecnológica, com aumento de produtividade do trabalho, reduz o número de trabalhadores necessários. O trabalho e emprego público são diminuídos com as reformas neoliberais, contribuindo para o aumento do desemprego no país.

Por outro lado, a falta de crescimento econômico do país, tido como necessário ao conjunto da população, é ocasionado por alterações no desenvolvimento tecnológico que, sem uma redução da jornada de trabalho e com o aumento de sua intensidade e ritmo, tornam-se fatores influentes nos padrões produtivos da economia privada ou estatal, ocasionando formas de desemprego estrutural.

Essa época traz ao país abertura econômica ao capital internacional com estabilização monetária com o Plano Real. Também aumenta o número de trabalhadores desempregados e subempregados em economia informal, com maior

produtividade através da modernização tecnológica do trabalho e maior exploração da força de trabalho.

Reflete no país, também, o contexto internacional de fortalecimento daqueles setores econômicos financeiros, especulativos e bancários. A modernização também chega aos seculares latifundiários, no uso intenso da terra com ampla e moderna mecanização e também sem planejamento ambiental. Reafirmam-se somente aqueles burgueses modernos, utilizando em suas empresas o trabalho flexível de alta produtividade e de grande concorrência no mercado. Muitos setores ligados ao comércio puderam aumentar suas ações, ligados aos serviços em comércio internacional, em transportes ou nas especulações financeiras.

Reafirma a história brasileira a permanência de um numeroso exército industrial da reserva que, tanto quanto varia o processo de modernização e inovação tecnológica varia o número de trabalhadores em excedente. E, permanece a produção econômica no seu regime de classes sociais com suas categorias profissionais.

Entretanto, com a postura do governo de Luis Inácio Lula da Silva, a partir do ano de 2002, o neoliberalismo enquanto política de governo teve um pequeno revés. Contraditoriamente o poder econômico não se altera, mas o governo não se orientou plenamente pela política e ideologia neoliberal. Exemplos de retomada lenta, porém crescente de atividades em produção na indústria naval, petrolífera, sob controle público, são elementos que contribuem para um breve afastamento da política de governo federal na conservação do neoliberalismo. A esses fatores soma-se a não continuidade do processo de privatizações pelo governo Lula e o aumento dos investimentos nas áreas sociais ligadas diretamente a economia, como em infraestrutura, produção e comercialização alimentar.

3.4 Classes Sociais

Uma breve identificação das classes sociais do Brasil capitalista contemporâneo aparecem com referência aqui no conceito das classes sociais

fundamentais, os proletários e os capitalistas. Estas classes do país e seus setores intermediários são identificados através de algumas de suas categorias ou profissões, através do contexto de constituição social do país. Apenas algumas de suas variações e composições são apresentadas no texto.

Se até agora as afirmações passaram pelo entendimento de que é o setor de economia privada que é valorizado no Brasil na década de 1990, pode ser dito também que é a classe social capitalista que é fortalecida. Isto é, as classes proprietárias são reforçadas com a conservação da sociedade capitalista. Enfatiza-se que por capitalistas tanto podem ser entendidos os burgueses nacionais ou internacionais, da classe em si ou daqueles setores de intermediação que agem para os seus interesses sociais.

De forma didática, para brevemente evidenciar e classificar as classes sociais na história brasileira faz-se uma distinção entre o urbano e o rural. O urbano é identificado no contexto do processo de trabalho, enfatizado nas classes sociais de trabalho e moradia urbana, citadina, enquanto o rural caracteriza as classes sociais de trabalho e moradia rural e ou campesinas, marcadamente os agricultores do país.

Quando Ricardo Antunes se refere aos "trabalhadores que vivem do trabalho" (2000, p. 62), junto aos que seriam os trabalhadores formais ou informais e os autônomos diante da sociedade capitalista, reafirma-se atualidade do conceito geral de classe social dos trabalhadores proletários. E estes podem ser identificados na sociedade brasileira a partir do processo de trabalho assalariado, de não propriedade dos meios de produção.

Marcio Pochmann expõe a classe social quando fala em "empregos assalariados" e "postos de trabalho":

Entre 1990 e 1994, a privatização realizada concentrou-se no setor produtivo estatal, basicamente na indústria de transformação (petroquímica, siderurgia, mineração e fertilizantes), ocasionando a perda líquida de 246 mil postos de trabalho.

A partir de 1995, a privatização voltou-se mais para os serviços públicos, como telecomunicações, energia, transportes, bancos, entre outros. Os efeitos sobre o volume de empregos no setor público foram negativos, com a geração de um saldo líquido de 300 mil postos de trabalho destruídos entre 1995 e 1999 (...)

Do saldo total negativo de 3,2 milhões de empregos assalariados formais destruídos na economia brasileira durante a década de 1990, 17,1% foi de responsabilidade direta da reformulação do setor produtivo estatal (2001, p. 29).

Deve-se salientar que as categorias e profissões aparecem quando é referido no “setor produtivo estatal”, na “indústria de transformação” e nos “serviços públicos”. São todas diferenciações na classe social, atestando sua categoria profissional nos diferentes setores da economia, sendo todos assalariados, das classes fundamentais e com seus setores intermediários, de empresas privadas ou públicas.

Marcio Pochmann diz que “nos anos 1990, a cada cinco ocupações criadas, quatro referem-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal” (idem, p. 48). São apresentadas categorias que, encontram-se diante da precarização do processo de trabalho da sociedade capitalista brasileira, em que está também a subcontratação, resultado das flexibilizações da legislação trabalhista. Os “sem remuneração” podem ser todas aquelas formas de emprego em que o salário é por peça, não fixo. Para o autor, na “nova economia” forma-se o “novo tipo de trabalhador” (idem, p. 51), não deixando de ser uma classe social assalariada por tempo ou peça, caracterizada com a venda de sua força de trabalho como uma mercadoria em algum estágio do regime de produção ou em uma profissão qualquer. Quanto aos autônomos, se passarem a empregar trabalhadores em troca de salário, são capitalistas.

A definição geral nas classes sociais fundamentais com o trabalho precário é evidente quando, se referindo a condição jurídica das relações de trabalho existentes no Brasil, Marcio Pochmann fala em “segmento não organizado (sem contrato de trabalho)” e “segmento organizado” (idem, p. 120). As desregulamentações do regime trabalhista atendem exclusivamente aos interesses das modernas empresas. Os segmentos organizados com contratos trabalhistas podem estar nas empresas, e os segmentos não organizados na legislação contratual trabalhista podem estar nas terceirizações, nas iniciativas autônomas, de caráter histórico temporário devido ao alto índice de falências.

No contexto exclusivo do Brasil é mais abrangente o conceito de classe social dos trabalhadores proletários a partir das categorias ou sinônimos que Marcio Pochmann se refere às “empresas” com sua “segmentação”:

Nos anos 1990, as mudanças no interior das empresas (redução do emprego, nova organização do trabalho e remuneração variável) levaram a maior segmentação entre os trabalhadores que representam o núcleo duro das empresas (mais enxuto, escolarizado, baixa rotatividade e salários variáveis) e os trabalhadores terceirizados e os desempregados (baixa escolarização, alta rotatividade, baixos salários etc) (idem, p. 158-159).

Os que vivem do seu próprio trabalho encontram as novas organizações do trabalho no mercado de trabalho. No país, com a paralisação no crescimento econômico pós 1990, a reorganização dos métodos de trabalho também combina com a exigência de maior qualificação no conhecimento. Esse fator é percebido em situações de treinamento e qualificações em especializações profissionais junto ao desenvolvimento tecnológico.

Classes e o trabalho rural são preocupações de João Pedro Stédile em entrevista a revista *Caros Amigos*. É exposta de maneira breve e objetiva a composição de alguns dos setores das classes sociais no campo brasileiro, ou na economia rural do país. Respondendo a pergunta: “Quem representa a direita no campo no Brasil?”

A classe dominante no meio rural se divide em categorias. A velha oligarquia é a dos latifundiários atrasados que mantêm áreas improdutivas, baixo nível de desenvolvimento tecnológico e se dedicam à pecuária. Têm uma visão especulativa da natureza (...). Acumulam apenas com o que a natureza lhes permite. Depois, há uma burguesia agrária altamente capitalizada, em geral associada a transnacionais e que atua no comércio e na agroindústria. Suas propriedades têm ao redor de 1.000 hectares. São os capitalistas modernos: fazem uso intensivo da mecanização e de insumos industriais. Suas fazendas são monocultoras, especializadas num produto direcionado quase sempre para o mercado externo, é o agronegócio. Um terceiro segmento é o da pequena burguesia agrária, que possui de 200 a 1.000 hectares, tenta se capitalizar, mas enfrenta contradições com as transnacionais. São os médios produtores, cujo grosso está no sul e no sudeste. (...)

Há no campo quatro grandes contradições. Primeira, o pobre do campo, o sem-terra, com o latifúndio atrasado. Segunda, o camponês com o agronegócio associado às multinacionais. Terceira, o proletariado rural com o seu patrão, daí disputa salário, trabalho o ano inteiro, direitos sociais, FGTS. Tem ainda o trabalho escravo, que abrange uma categoria de proletários superexplorados cujos salários não pagam nem a comida. (...) são 4 milhões de agricultores familiares e os outros quatro milhões de trabalhadores sem-terra (p. 11-12).

Aparecem aqui as classes ligadas às atividades agrícolas com suas categorias, setores intermediários, as relações de assalariamento, um exército de

reserva representado nos sem terra. Também aparece aqui a forma mais retrógrada de trabalho, o trabalho escravo. Entre estas está a divisão do trabalho industrial, não sendo citados ramos da economia rural como os de extração mineral ou vegetal e o de florestamento.

São explicitadas assim algumas das classes sociais e segmentações intermediárias do país, junto de suas possíveis categorias ou profissões. As classes estão tanto nas formas de economia privada como na estatal, na economia autônoma ou nas cooperativas. Também está aí um pouco do contexto da sociedade do trabalho mercantil onde se desenvolvem as classes sociais no Brasil.

3.5 Estatísticas do Brasil

Resta debater alguns dos dados referentes ao Brasil que estão no “Anuário dos Trabalhadores”, publicado pelo “Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos” (DIEESE, 2005). São tabelas que demonstram algumas situações que dão forma para a economia e sociedade do país. O seu conjunto traz indicações de aspectos da constituição da sociedade do trabalho do Brasil.

A Tabela 1, correspondendo a “Tabela 5” (p. 32-33), demonstra a população total do país para o ano de 2000. É indicada a população por região geográfica, Estado da federação e sua respectiva percentagem sobre o país. Também demonstra o contraste entre a distribuição da moradia urbana e rural, sendo este um dos demonstrativos que permitam afirmar ser o Brasil, quanto à moradia, um país eminentemente urbano:

População total				
Brasil, grandes regiões e estados da federação - 2000				
Tabela 5				
Grandes Regiões e Estados da Federação	Nº de Habitantes	% sobre o Brasil	População Urbana	População Rural
Norte	12.893.561	7,6	9.002.962	3.890.599
Acre	557.226	0,3	370.018	187.208
Amapá	475.843	0,3	423.581	52.262
Amazonas	2.813.085	1,7	2.104.290	708.795
Pará	6.189.550	3,6	4.116.378	2.073.172
Rorônia	1.377.792	0,8	883.048	494.744
Roraima	324.152	0,2	246.732	77.420
Tocantins	1.155.913	0,7	858.915	296.998
Nordeste	47.693.253	28,1	32.929.318	14.763.935
Alagoas	2.819.172	1,7	1.917.922	901.250
Bahia	13.066.910	7,7	8.761.604	4.305.306
Ceará	7.418.476	4,4	5.304.554	2.113.922
Maranhão	5.642.960	3,3	3.357.898	2.285.062
Paraíba	3.439.344	2,0	2.443.590	995.754
Pernambuco	7.911.937	4,7	6.052.930	1.859.007
Piauí	2.841.202	1,7	1.787.192	1.054.010
Rio Grande do Norte	2.771.538	1,6	2.032.163	739.375
Sergipe	1.781.714	1,1	1.271.465	510.249

continua

População total				
Brasil, grandes regiões e estados da federação 2000				
conclusão				Tabela 5
Grandes Regiões e Estados da Federação	Nº de Habitantes	% sobre o Brasil	População Urbana	População Rural
Sudeste	72.297.351	42,6	65.441.516	6.855.835
Espírito Santo	3.094.390	1,8	2.460.621	633.769
Minas Gerais	17.866.402	10,5	14.651.164	3.215.238
Rio de Janeiro	14.367.083	8,5	13.798.096	568.987
São Paulo	36.969.476	21,8	34.531.635	2.437.841
Sul	25.089.783	14,8	20.306.542	4.783.241
Paraná	9.558.454	5,6	7.781.664	1.776.790
Rio Grande do Sul	10.181.749	6,0	8.312.899	1.868.850
Santa Catarina	5.349.580	3,2	4.211.979	1.137.601
Centro-Oeste	11.616.745	6,8	10.075.212	1.541.533
Distrito Federal	2.043.169	1,2	1.954.442	88.727
Goiás	4.996.439	2,9	4.390.660	605.779
Mato Grosso	2.502.260	1,5	1.985.590	516.670
Mato Grosso do Sul	2.074.877	1,2	1.744.520	330.357
BRASIL	169.590.693	100,0	137.775.550	31.815.143

Fonte: IBGE, Censo 2000
Elaboração: DEESE

A Tabela 2, correspondente a “Tabela 47” (p. 101), indica, com base no ano de 2003, a população do país que, a partir dos 10 anos de idade, está em situação de serem possíveis trabalhadores ou de estarem no mercado de trabalho. Nesses índices devem constar os que estão exercendo trabalho na economia e os que por diversos motivos (aposentados, idosos, portadores de necessidades especiais, incapacitados, etc.) não estão no mercado de trabalho, além daqueles em situação de desemprego ou fazendo parte do exército da reserva. Comparando com os números da população total do país, a Tabela 2 permite afirmar que o Brasil é uma sociedade do trabalho, ou, que a maioria da população está submetida ao regime econômico do mercado de trabalho:

População com 10 anos ou mais, por condição de atividade ⁽¹⁾ e grupos de idade - Brasil 2003				Tabela 47
Grupos de Idade	Economicamente Ativa	Não Economicamente Ativa	Sem Declaração	Total
10 a 14 anos	2.210.511	14.069.299	7.131	16.286.941
15 a 19 anos	9.703.621	7.545.310	1.799	17.250.730
15 a 17 anos	4.808.064	5.672.022	1.307	10.481.393
18 e 19 anos	4.895.557	1.873.288	492	6.769.337
20 a 24 anos	13.869.103	2.730.710	2.552	16.602.365
25 a 29 anos	12.234.048	1.931.463	974	14.166.485
30 a 39 anos	22.265.035	3.468.204	1.406	25.734.645
40 a 49 anos	17.794.248	3.774.540	2.940	21.571.728
50 a 59 anos	10.099.193	4.505.920	-	14.605.113
60 anos ou mais	5.657.217	11.074.265	1.065	16.732.547
Idade ignorada	18.141	11.629	-	29.770
TOTAL	93.851.117	49.111.340	17.867	142.980.324

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Período de referência de 365 dias

Obs.: Não incluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A Tabela 3, constituindo a “Tabela 49” (p. 103-104), permite verificar a evolução percentual da estrutura da população empregada por setores da economia, nos anos de 1992 até 2001.

Estão indicadas tendências ao decréscimo do número de empregos nas atividades agrícolas. Em relação às atividades industriais estão incluídas aqui a produção fabril. A análise demonstra que para o país são pequenas as variações, e pode-se dizer que esse setor econômico permanece relativamente constante. Em contraposição, os setores de serviços, comércio e transportes apresentam elevação proporcional na participação percentual da economia:

População ocupada, segundo setor da economia Brasil 1992-2001 (em %)				
Setor	Anos			
	1992	1993	1995	1996
Atividade agrícola	28,3	27,4	26,1	24,5
Indústria de transformação	12,8	12,8	12,3	12,4
Indústria de construção	6,2	6,4	6,1	6,4
Outras atividades industriais	1,4	1,4	1,2	1,1
Comércio de mercadorias	12,1	12,7	13,1	13,3
Prestação de serviços	17,7	17,8	19,1	19,3
Serviços auxiliares da atividade econômica	2,9	2,9	3,3	3,5
Transporte e comunicação	3,5	3,4	3,7	3,8
Social	8,4	8,4	8,7	9,3
Administração pública	4,6	4,6	4,6	4,7
Outras atividades	2,2	2,1	1,9	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em números absolutos) ⁽¹⁾	65.395.491	66.569.757	69.628.608	68.040.206

continua

Setor	Anos			
	1997	1998	1999	2001
Atividade agrícola	24,2	23,4	24,2	20,6
Indústria de transformação	12,3	11,8	11,6	12,3
Indústria de construção	6,6	7,1	6,6	6,5
Outras atividades industriais	1,1	1,2	1,1	1,1
Comércio de mercadorias	13,3	13,5	13,4	14,3
Prestação de serviços	19,4	19,1	19,3	20,2
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,6	3,9	3,9	4,3
Transporte e comunicação	4,0	4,0	3,9	4,2
Social	9,1	9,6	9,5	9,8
Administração pública	4,5	4,6	4,6	4,8
Outras atividades	1,8	1,9	1,9	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (em números absolutos) ^(a)	69.331.507	69.963.113	71.676.219	75.458.172

Fonte: IBGE, Anuário estatístico do Brasil e PNAD. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Incluídas as pessoas sem declaração de posição na ocupação e ramos de atividade

Obs.: a) Não incluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá b) Em 1994 e 2000 não houve pesquisa

c) Não foram incluídos os dados de 2002 e 2003, devido à mudança na composição dos setores de atividade

Esses índices vêm contemplar as tendências do capitalismo contemporâneo de acréscimo nas atividades de serviços, de comércio e transportes. Em relação aos setores da economia industrial, os índices apresentados indicam pequenas alterações, que devem ser enquadrados junto às reestruturações produtivas do capitalismo, mostrando ser esses setores gradativamente diminuídos em relação ao setor terciário. Também, nesses anos o Brasil não apresentou considerável crescimento da produção econômica industrial.

A Tabela 4, correspondendo a “Tabela 8” (p. 42), permite verificar, com base no ano de 1998, a grande concentração da propriedade rural no país. Os grandes latifúndios concentram a maior área da propriedade privada das terras e o seu número em unidades é pequeno. Os minifúndios estão em um grande número de unidades marcadas por pequenas propriedades privadas em extensão. E há ainda um expressivo setor intermediário ou mediano:

Estrutura fundiária Brasil 1998				
Imóveis Rurais	Total de Imóveis	%	Área Total (em hectares)	%
Minifúndio	2.214.983	62,0	30.967.099,6	7,5
Até 0,5 módulo	1.460.675	40,9	12.142.264,2	3,0
Menos de 1 módulo	754.308	21,1	18.824.835,4	4,6
Pequenas propriedades	968.072	27,1	61.158.513,6	14,9
De 1 a 2 módulos	637.586	17,8	29.946.389,6	7,3
Mais de 2 a 4 módulos	330.486	9,2	31.212.124,0	7,6
Médias propriedades	286.111	8,0	79.808.146,9	19,5
Mais de 4 a 6 módulos	121.627	3,4	21.633.340,7	5,3
Mais de 6 a 15 módulos	164.484	4,6	58.174.806,2	14,2
Grandes propriedades	104.744	2,9	238.337.649,9	58,1
Mais de 15 a 50 módulos	83.175	2,3	89.335.527,0	21,8
Mais de 50 a 200 módulos	19.213	0,5	76.684.490,0	18,7
Mais de 200 a 600 módulos	1.972	0,1	32.285.300,7	7,9
Mais de 600 módulos	384	0,0	40.032.332,2	9,8
TOTAL	3.573.910	100,0	410.271.410,0	100,0

Fonte: Inra. Estatísticas cadastrais
Elaboração: DIEESE
Obs.: a) Foram excluídos 140.548 imóveis inconsistentes
b) Últimos dados disponíveis

A Tabela 5, correspondente à “Tabela 51” (p. 106), permite fazer indicativo da composição das classes sociais, a partir da estrutura por ocupação nos empregos, para os anos de 2001-2003. Os empregados e trabalhadores domésticos podem ser definidos como trabalhadores assalariados e, de acordo com o conceito de classes sociais que se utilizou anteriormente, podem ser enquadrados na classe proletária. Os trabalhadores por conta própria podem ser indicados nos setores intermediários, pois aí podem estar aqueles assalariados por tempo ou por peça, podendo ser a classe média, a pequena burguesia, os profissionais liberais, os trabalhadores por conta própria, aqueles que se encontram no trabalho precário, autônomo, informal, na pequena produção mercantil, etc., os trabalhadores do setor público, dos serviços, do comércio, do sistema financeiro ou bancário. Os empregadores são facilmente identificados na classe daqueles que exploram o trabalho de outrem, ou, os capitalistas:

Posição na Ocupação	2001		2002		2003	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Empregados	40.932.487	54,2	42.408.306	54,2	43.089.178	54,4
Trabalhadores domésticos	5.891.227	7,8	6.047.710	7,7	6.081.879	7,7
Trabalhadores por conta própria	16.832.995	22,3	17.401.393	22,3	17.709.344	22,3
Empregadores	3.183.746	4,2	3.317.510	4,2	3.323.943	4,2
Trabalhadores não-remunerados	5.584.228	7,4	5.756.737	7,4	5.610.112	7,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2.882.819	3,8	3.097.810	4,0	3.319.977	4,2
Trabalhadores na construção para o próprio uso	147.249	0,2	147.532	0,2	116.194	0,1
TOTAL ⁽¹⁾	75.458.172	100,0	78.179.622	100,0	79.250.627	100,0

Fonte: IBGE, PNAD

Nota: (1) Inclui as pessoas sem declaração de categoria de emprego

Obs.: Não inclui a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A Tabela 6, correspondente à “Tabela 75” (p. 138), indica o tempo médio em horas da jornada de trabalho semanal, para os anos 2001-2004, nos setores econômicos da indústria, comércio e serviços. Com estes índices percebe-se que os trabalhadores do país estão presos a uma média de alta ou extensa jornada de trabalho:

Regiões Metropolitanas	Indústria				Comércio				Serviços ^(a)			
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004
São Paulo	43	43	44	44	48	48	47	47	42	42	42	42
Porto Alegre	44	44	44	44	46	46	46	46	42	42	42	42
Belo Horizonte	43	43	42	42	46	45	45	45	39	39	39	38
Salvador	43	44	44	44	46	46	47	47	39	39	40	39
Recife	46	46	47	47	49	50	51	50	42	41	42	42
Distrito Federal	44	45	44	45	47	48	47	48	40	40	40	40

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui serviços domésticos

Obs.: a) A média de horas trabalhadas exclui os que não trabalharam na semana

b) A média semanal de horas trabalhadas é resultado das médias semanais durante o ano

A Tabela 7, sendo a “Tabela 18” (p. 57-58), indica o tempo médio de trabalho que é necessário aos trabalhadores para poderem adquirir a cesta básica dos alimentos e bens de uso essenciais, com referência nas capitais estaduais do país e para os anos de 2001-2004. Complementa a tabela anterior que demonstra o quanto os trabalhadores têm de se submeter à prisão de um regime de trabalho extenso e intenso:

Cesta Básica Nacional e tempo de trabalho necessário para sua aquisição 2001 - 2004 (médias anuais)				
Capitais	2001		2002	
	Valor em R\$	Tempo de Trabalho	Valor em R\$	Tempo de Trabalho
Aracaju	102,27	130 h 49 min	116,34	131 h 21 min
Belém	106,61	136 h 26 min	120,66	136 h 11 min
Belo Horizonte	118,88	152 h 14 min	126,48	142 h 45 min
Brasília	118,20	151 h 09 min	129,28	146 h 04 min
Curitiba	121,54	155 h 16 min	131,84	148 h 49 min
Florianópolis	115,72	147 h 37 min	129,47	146 h 07 min
Fortaleza	96,92	123 h 53 min	109,99	124 h 13 min
Goiânia	101,38	129 h 41 min	115,54	130 h 25 min
João Pessoa	96,42	123 h 15 min	108,09	122 h 05 min
Natal	96,39	123 h 23 min	111,98	126 h 28 min
Porto Alegre	126,52	161 h 47 min	141,39	159 h 30 min
Recife	94,11	120 h 22 min	108,88	122 h 56 min
Rio de Janeiro	120,54	154 h 09 min	131,20	148 h 09 min
Salvador	91,93	117 h 37 min	107,29	121 h 07 min
São Paulo	126,36	161 h 43 min	137,47	155 h 10 min
Vitória	108,25	138 h 07 min	121,31	137 h 02 min

continua

Cesta Básica Nacional e tempo de trabalho necessário para sua aquisição 2001 - 2004 (médias anuais)				
Capitais	2003		2004	
	Valor em R\$	Tempo de Trabalho	Valor em R\$	Tempo de Trabalho
Aracaju	142,99	137 h 43 min	139,09	121 h 05 min
Belém	143,42	138 h 05 min	150,33	130 h 40 min
Belo Horizonte	152,76	147 h 11 min	161,64	140 h 26 min
Brasília	159,02	153 h 10 min	165,40	143 h 48 min
Curitiba	157,57	151 h 46 min	161,77	140 h 35 min
Florianópolis	153,11	147 h 32 min	158,55	137 h 39 min
Fortaleza	134,40	129 h 29 min	135,56	117 h 58 min
Goiânia	141,49	136 h 25 min	147,42	128 h 12 min
João Pessoa	131,24	126 h 17 min	137,04	119 h 13 min
Natal	135,60	130 h 31 min	138,72	120 h 41 min
Porto Alegre	168,61	162 h 15 min	176,13	152 h 58 min
Recife	133,26	128 h 15 min	133,85	116 h 31 min
Rio de Janeiro	157,13	151 h 17 min	165,69	143 h 58 min
Salvador	136,21	131 h 05 min	135,08	117 h 36 min
São Paulo	167,28	161 h 02 min	172,38	149 h 48 min
Vitória	142,96	137 h 38 min	151,83	131 h 57 min

Fonte: DIEESE

Obs.: a) Esta tabela apresenta os valores da Cesta Básica Nacional, calculados com base no Decreto-lei nº 399 de 30/04/38, e o tempo que o trabalhador de salário mínimo precisa trabalhar para comprá-la, conforme a jornada legal de trabalho de 220 horas b) Farinha de mandioca no Norte/Nordeste e de trigo nas demais regiões c) A batata não é considerada na cesta básica das regiões Norte e Nordeste

A Tabela 8, correspondendo a “Tabela 56” (p. 114), traz indicação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, pode ser comparada com os trabalhadores formais e informais. Os formais podem ser aqueles de salário por tempo, mensal, fixo, que geralmente tem contrato trabalhista com carteira de trabalho assinada e estabilidade no emprego. Os trabalhadores não formais podem ser os de salário por peça, os autônomos, os ambulantes, aqueles que não tem um salário fixo ou algum tipo de vínculo empregatício:

Tabela 56 Trabalhadores com carteira de trabalho assinada Brasil e grandes regiões 2003								
Grandes Regiões	Trabalhadores com Carteira de Trabalho Assinada ⁽¹⁾⁽²⁾		Militares e Estabularios		Trabalhadores sem Carteira de Trabalho Assinada ⁽³⁾		Total ⁽¹⁾⁽²⁾	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Norte ⁽³⁾	997.025	35,1	421.723	15,8	1.309.577	49,1	2.669.461	100,0
Nordeste	3.903.917	36,5	1.249.155	11,7	5.545.792	51,8	10.698.864	100,0
Sudeste	13.998.909	58,5	2.201.386	9,2	7.746.313	32,3	23.946.325	100,0
Sul	4.763.786	59,9	801.670	10,1	2.386.289	30,0	7.951.725	100,0
Centro-Oeste	1.746.521	45,1	556.642	14,4	1.571.057	40,5	3.874.553	100,0
BRASIL	25.349.564	51,6	5.231.897	10,6	18.586.471	37,8	49.171.057	100,0

Fonte: IBGE: PNAD
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui as pessoas sem declaração de categoria de emprego

(2) Inclui os trabalhadores domésticos

(3) Exclui população da zona rural

Obs.: Não incluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

E, para concluir, a Tabela 9, correspondendo a “Tabela 78” (p. 143), apresenta, nos anos 2001-2004, o exército dos desempregados do país, factíveis de serem inclusos em algum dos programas sociais de governo:

Taxas de desemprego, por sexo								
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2001-2004 (em %)								
Regiões Metropolitanas	Homens				Mulheres			
	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004
São Paulo	14,9	16,4	17,2	16,3	20,8	22,2	23,1	21,5
Porto Alegre	12,3	13,1	13,9	13,1	18,2	17,9	20,2	19,1
Belo Horizonte	16,2	15,7	17,1	16,8	20,8	20,8	23,3	21,9
Salvador	25,0	24,9	26,1	23,2	30,2	29,9	30,1	29,0
Recife	17,8	17,6	20,0	20,3	25,3	23,6	27,0	26,5
Distrito Federal	17,6	18,0	20,2	17,8	23,6	23,6	25,7	24,0

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/RAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE
Obs.: Médias anuais

De forma constante na história do capitalismo há o exército de desempregados. O atual desenvolvimento da produção capitalista, no seu ideário neoliberal, joga à reserva e sem assistência esse contingente. A tecnologia aplicada na economia e determinadas formas de consciência social já permitiriam a emancipação das prisões do alto tempo do regime de trabalho que o modo capitalista de produção impõe a sociedade.

CONCLUSÃO

O mundo do trabalho que é caracterizado no conjunto do texto monográfico tem como aplicação à sociedade capitalista. Poucas e indiretas considerações são feitas às formas históricas de sociedade escravista, por exemplo, e, nenhuma, a sociedade socialista, ou a países de iniciativa de transição ao socialismo.

A partir disso procura-se destacar ao entendimento do capitalismo como sendo um tipo histórico de sociedade que tem como premissa fundamental de seu funcionamento a produção social de mercadorias. É a partir dessa característica primordial que se desenvolve a divisão social do trabalho e a consequente formação das classes sociais.

Assim, no conjunto do texto foi centrada a análise no processo das relações econômicas e de sua divisão industrial, não fazendo nesse momento o debate centrado nas relações políticas ou jurídicas, na acumulação financeira, nos monopólios ou no imperialismo. Tem-se o entendimento de que essas relações se entrelaçam em uma forma dialética, mas, para os objetivos temáticos da monografia, a análise econômica apresenta de forma mais objetiva e simples a práxis do processo social de trabalho, pois é na economia que os trabalhadores se encontram para executar o trabalho em seu tempo de jornada.

O conceito de trabalho industrial foi definido no texto tendo por base a divisão social do trabalho. Em que, nele há a intermediação dos instrumentos de trabalho através de máquinas, com a condição de o trabalhador proletário não ser o proprietário da totalidade dos meios de produção e de não acompanhar o processo econômico desde a produção até consumo final do produto.

É muito comum no Brasil ser utilizado o exemplo dos setores econômicos distribuídos na indústria, no comércio, nos serviços ou na agricultura. Sugere-se que se definam como empresas fabris ou de transformação para caracterizar a produção e fabricação, que ocorre em fábricas. Setor fabril e setor de serviços podem assim ser duas grandes categorias de definições; o primeiro pode ser de extração, transformação e ou fabricação; o segundo pode ser o comércio e ou os transportes.

Sendo assim, todos esses setores econômicos são industriais, pois estão inclusos no modo capitalista de produção com a divisão social do trabalho que caracteriza o trabalho industrial.

A classe social dos trabalhadores é apresentada como sinônimo dos proletários ou operários. Sugerem-se formas históricas compostas, como trabalhadores escravos e trabalhadores proletários. Para o capitalismo, os trabalhadores proletários, na divisão do trabalho, representam o trabalho operário, o trabalho burocrático, o trabalho intelectual ou o trabalho rural. Estas são variações do trabalho assalariado, também aparecendo como categorias ou profissões.

Indica-se a utilização do conceito de classe social proletária pelo entendimento que esta oferece na idéia de trabalho (assalariado) como forma de troca pela simples subsistência ou venda da força de trabalho por um salário, objetivando a manutenção de si ou da prole. Comumente se utilizam formas equiparadas para os conceitos de proletário, operário e trabalhador, sendo que as duas últimas remetem a operar ou trabalhar, e podem ter o sentido de fazer, executar, realizar.

As profissões são definidas como sinônimos para categorias na grande divisão social do trabalho e de classes sociais. Assim, busca-se a utilização do conceito de categorias profissionais quando das referências ao conjunto dos diversos ramos ou setores da economia, justificando assim a existência das classes sociais fundamentais e que dessas derivam variados tipos de profissões, categorias, que são os setores ou as camadas intermediárias, a pequena burguesia ou também a popular classe média.

Com a reestruturação produtiva recente, ou a revolução técnico-científica, permanecem diferentes processos de trabalho com comum produção de mercadorias. A força de trabalho continua sendo a única posse fundamental dos proletários no processo de divisão social do trabalho e com ela se obtém o salário. O salário se apresenta nas formas de por tempo ou peça; no primeiro caso tende geralmente a se dar nos regimes formais, através da estabilidade no emprego, do contrato trabalhista, e por um salário mensal; o segundo aparece geralmente no trabalho precário, nos trabalhadores autônomos, nos empregos informais, sem contrato trabalhista, nos trabalhos por comissão ou sem uma renda salarial fixa.

O capitalismo contemporâneo impõe para o trabalhador maior qualificação profissional e conhecimento técnico, resultando estes em salários maiores. A menor qualificação e conhecimento implicam em salários menores e menos estáveis. Assim, é justificado o surgimento das inúmeras e crescentes escolas ou cursos de qualificação e treinamento para trabalhadores. Aos capitalistas interessa um trabalho eficiente e que o trabalhador tenha um conhecimento especializado que possa dar condições para operar a tecnologia das máquinas no processo de trabalho.

No desenvolvimento histórico das forças produtivas, características do fordismo e taylorismo, o trabalhador profissionalizou-se em certos tipos de trabalho, e no toyotismo o trabalhador pode vir a ser multiprofissional. No processo de desenvolvimento do capitalismo o trabalhador perde progressivamente a propriedade e o controle sobre os instrumentos de trabalho e meios de produção. Atualmente a tendência é a exigência de maior qualificação, de um trabalhador polivalente nos setores de maior desenvolvimento tecnológico. Também são características contemporâneas a pequena concentração de trabalhadores no mesmo espaço de trabalho, havendo a descentralização das sedes produtivas. E, esta forma de descentralização, pode estar nos regimes de contratação de empresas em terceirização, ou em sedes produtivas estabelecidas em diferentes países.

Assim, diminui a exigência do número de trabalhadores industriais de produção fabril, enquanto aumenta nos setores de serviços, comércio e transportes. Isso é uma das formas da reorganização produtiva do capitalismo empresarial contemporâneo com a produção de novos produtos, materiais ou imateriais, em diversos setores ou ramos econômicos, fazendo com que o desenvolvimento tecnológico torne necessário menor quantidade de trabalhadores.

Cita-se o exemplo dos 'moto taxistas', com seus modernos telefones celulares, uma profissão ou categoria nova que presta inúmeras tarefas de serviços em transporte, com a rapidez exigida pela sociedade contemporânea, geralmente com alta jornada de trabalho, insalubridade e com a forma do inconstante salário por peça. Também podem ser citados os modernos 'catadores de materiais' que percorrem as ruas, com o seu trabalho precário e de grande esforço físico. Consolida-se, dessa forma, um processo histórico de especialização profissional assentado em um tipo de modernização, diante dos antigos 'garis', pois os

'catadores de materiais' recolhem um tipo de material selecionado para reciclagem. Os 'garis', geralmente recolhem os resíduos sem prévia seleção, tendo um trabalho físico intenso em recolher os resíduos e acompanhar o movimento do veículo coletor, mas têm o seu salário por tempo (mensal) pago pela empresa.

Nas tendências do capitalismo contemporâneo destaca-se a introdução de variações de trabalho flexível. Estes se constituindo para os trabalhadores como formas de trabalho tidas como não tradicionais, sendo incorporadas as diferentes práticas da flexibilização da jornada de trabalho. São também os trabalhos em empregos temporários, parciais, autônomos, informais, de meio expediente, de subcontratação, em que também podem ser inclusos os diferentes modos de terceirização, sejam na produção como também nos serviços. Disso pode ser afirmado que ocorrem alterações na realização da jornada de trabalho, do tempo de trabalho, mas permanece a troca de trabalho por salário. Aqui igualmente podem ser identificadas, em maior número, as diversas formas do trabalho precário, sejam elas intensivas, de alto ritmo, com extensa jornada de trabalho, temporárias, insalubres, sem amparo de legislação trabalhista, com baixos salários ou sem garantias fixas de salário, informais ou outras.

O desenvolvimento tecnológico e científico faz aumentar a produtividade, a intensidade ou o ritmo do trabalho. Torna-se possível a exigência de um número menor de trabalhadores, mesmo com aumento de produção em mesmo tempo de jornada de trabalho.

Nesse sentido, entende-se ser necessária a redução da jornada de trabalho sem a redução dos salários, permitida com base na ciência e tecnologia que a sociedade tem hoje. Porém um dos entraves a essa redução está identificado na negativa dos proprietários dos meios de produção em verem a possibilidade de queda na extração da mais valia.

Sugere-se, então, que para a construção de uma nova sociedade, além de superar a exploração do trabalho entre as classes sociais, é também necessária a redução do tempo de trabalho praticado pelo conjunto dos trabalhadores. Isso porque, a tecnologia já possibilita essa emancipação, permitindo um maior tempo livre para a vida. Por outro lado, não havendo uma classe social que viva do trabalho alheio, diminui-se o tempo social de trabalho necessário.

As modernizações produtivas que reorganizam os métodos de trabalho, juntamente com a ciência e a tecnologia, principalmente a partir da década de 1970, e de modo mais rápido nos países do capitalismo desenvolvido, como os Estados Unidos ou a Europa e o Japão, chegam ao Brasil em sua plenitude na década de 1990. Concomitante a ela se dá a efetivação das políticas neoliberais no país, principalmente conduzidas pelas práticas dos subseqüentes governos federais.

A modernização neoliberal brasileira também se deu com as privatizações das empresas estatais, com a conseqüente redução do número de trabalhadores empregados nas mesmas. Também se destacou o maior número de empresas de capital internacional atuando na economia do país, resultando no aumento de todas aquelas formas do trabalho terceirizado, precário e informal, aumentando a dependência do país em relação à economia mundial, com maior subordinação às empresas multinacionais.

Uma das características do Brasil pós 1990 foi o inexpressivo crescimento da produção econômica necessária em setores de infra-estrutura. O crescimento da economia do país não se orientou em benefício dos interesses de melhoria da qualidade de vida de conjunto da população, aumentando o desemprego estrutural.

O Brasil acompanha uma das tendências do capitalismo contemporâneo, crescendo e desenvolvendo os setores econômicos dos serviços, do comércio e da logística em transportes, em detrimento dos setores econômicos de produção, fabril ou de extração. Tem ocorrido um amplo desenvolvimento dos setores de comunicações, e também uma maior participação de empresas ligadas ao capital internacional. Esses fatores são expoentes de uma lógica privatista de modernização tecnológica que alcançou amplitude a partir da década de 1990. A reestruturação produtiva de muitas empresas e a reorganização dos métodos de trabalho são aspectos dessa nova fase de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Nesta conjuntura foi cada vez mais crescente o aumento do desemprego, oriundo fundamentalmente de alterações da produtividade do trabalho e da racionalização dos empregos, somados também ao pífio crescimento da economia produtiva e fabril. A dependência ao capital internacional e o crescimento e desenvolvimento dos setores de serviços não vieram a garantir os empregos necessários à população do país.

Após 2002, ou a partir do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ocorreram significativas mudanças para o país em relação ao seu desenvolvimento econômico. A retomada de iniciativas de expansão da produção estatal, seja na indústria naval ou petrolífera, como o fim das privatizações são os exemplos mais marcantes. Em que pese ainda lento, verifica-se um crescente retorno da intervenção do Estado nos setores da economia do país. Em relação à economia privada, revelou-se, nos últimos anos, considerável crescimento, por exemplo, em setores de infra-estrutura e produção agrícola e alimentar. Também, podem ser citadas como fomentadoras de um lento crescimento econômico as parcerias público-privadas entre variadas empresas e instituições públicas. Porém, permanece o neoliberalismo nas questões do emprego precário, informal, pois são inexpressivas as iniciativas governamentais na restrição a esse mercado de trabalho sem regulamentação trabalhista.

Foram registrados também, após esse período, o aumento do número de empregos no Brasil, significando uma lenta recuperação da produção econômica nacional. Afirma-se que, se há crescimento econômico, há fortalecimento do capital, da classe dos capitalistas e, também aumento do número de trabalhadores proletários, ou, de trabalhadores empregados, por mais que muitos destes estão no regime de trabalho precário. Se a superação do capitalismo deve ser uma obra de trabalhadores, junto ao desenvolvimento máximo da contradição nas forças produtivas, como indicam teorias de base socialista, fortalece-se essa perspectiva no Brasil com os registros de que há maior número de trabalhadores na economia do país nesses últimos anos.

Têm-se referências teóricas de que a superação da forma de produção capitalista deve também superar a extração do trabalho excedente, através da mais valia, por parte da classe social capitalista. Resta que, a igualdade social defendida pelo socialismo, mantenha os princípios de superar a condição de classe social trabalhadora proletária e a existência da classe social capitalista e burguesa. E que estas sejam algumas sugestões para as orientações políticas que os trabalhadores venham a assumir na busca por uma sociedade socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

BAUMANN, Renato. (Org.) **Brasil: uma década em transição**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho do século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol. I. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Anuário dos trabalhadores**. 6. ed. São Paulo: 2005.

ERMAKOVA, A; RÁTNIKOV, V. **Que são as classes e a luta de classes?** Abc dos conhecimentos sociais e políticos, nº 14. Moscou: Progresso, 1986.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 2000.

HARNECKER, Marta. **Conceitos elementais do materialismo histórico**. 6. ed. Santiago, [s.n.], 1971.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** Livro I, vol. I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital.** Livro I, vol. II. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil /DIFEL, 1987.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich **A ideologia alemã.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Obras escolhidas.** Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

_____. **Obras escolhidas.** Vol. II. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

MISAILIDIS, Mirta Lerena de. **Os desafios do sindicalismo brasileiro diante das atuais tendências.** São Paulo: LTr, 2001.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

RECEITA FEDERAL. Ministério da Fazenda. **Instruções de preenchimento da declaração simplificada.** Imposto de renda pessoa física ano-calendário de 2004, Brasil, 2005.

REVISTA CAROS AMIGOS. Especial A Direita Brasileira. Número 26, São Paulo: Editora Casa Amarela, Dez. 2005.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Contexto, 1999.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil.** São Paulo: T. A Queiroz, 1984.

SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil (1888 – 1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SÁVTCHENKO, P. **Que é o trabalho?** Abc dos conhecimentos sociais e políticos, nº 11, Moscou: Progresso, 1987.

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho:** elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1979.

URICOECHEA, Fernando. **O Minotauro Imperial:** A Burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX. São Paulo: Difel, 1978.

ANEXO

Alguns exemplos de categorias profissionais que estão subentendidas no texto monográfico constam nas “Instruções de Preenchimento da Declaração Simplificada” da Receita Federal 2005, Imposto de Renda Pessoa Física Ano-Calendário de 2004: Membros Superiores, Dirigentes e Servidores do Poder Público e de Organizações de Interesse Público: Membro do Poder Judiciário (Ministro, Juiz e Desembargador) e de Tribunal de Contas (Ministro e Conselho); Membro do Poder Legislativo (Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador); Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor); Dirigente superior da administração pública (ocupante de cargo de direção, chefia, assessoria e de natureza especial), inclusive os das fundações públicas e autarquias; Diplomata e afins; Servidor das carreiras do Poder Legislativo; Servidor das carreiras do Ministério Público; Servidor das carreiras do Poder Judiciário, Oficial da Justiça, Auxiliar, Assistente e Analista Judiciário; Advogado do Setor Público, Procurador da Fazenda, Consultor Jurídico, Procurador de autarquias e fundações públicas, Defensor Público; Servidor das Carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização; Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep; Delegado de Polícia e outros servidores das carreiras de polícia, exceto militar; Servidor das carreiras de gestão governamental, analista, gestor e técnico de planejamento; Servidor das carreiras de ciência e tecnologia; Servidor das demais carreiras da administração pública direta, autárquica e fundacional; Titular de Cartório; Dirigente ou administrador de partido político, organização patronal, sindical, filantrópica e religiosa. Dirigentes e Gerentes: Dirigente, presidente e diretor de empresa industrial, comercial ou prestadora de serviços; Presidente e diretor de empresa pública e sociedade de economia mista; Presidente, diretor, gerente e supervisor de organismo internacional e de organização não-governamental. Profissionais das Ciências Exatas, Físicas, Químicas e da Engenharia: Matemático, estatístico, atuário e afins; Analista de sistemas, desenvolvedor de software, administrador de redes e bancos de dados e outros especialistas em informática (exceto técnico); Físico, químico, meteorologista, geólogo, oceanógrafo e afins; Engenheiro, arquiteto e afins; Piloto de aeronaves, comandante de embarcações e oficiais de máquinas. Profissionais das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e Afins: Biólogo, biomédico e afins; Agrônomo e afins; Profissional da educação física (exceto professor); Médico; Odontólogo; Enfermeiro de nível superior, nutricionista, farmacêutico e afins; Veterinário, patologista (veterinário) e zootecnista; Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e afins. Profissionais das Ciências Jurídicas, Sociais e Humanas: Advogado; Sociólogo e cientista político; Antropólogo e arqueólogo; Economista, administrador, contador auditor e afins; Profissional de marketing, de publicidade e de comercialização; Psicólogo e psicanalista; Geógrafo; Historiador; Assistente social e economista doméstico; Filósofo. Profissionais das Letras, das Artes, da Comunicação e Religiosos: Jornalista e repórter; Sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas; Tradutor, intérprete, filólogo; Bibliotecário, documentalista, arquivólogo, museólogo; Escritor, crítico, redator; Locutor, comentarista; Ator, diretor de espetáculos; Cantor e compositor; Músico, arranjador, regente de orquestra ou coral; Desenhista industrial (designer), escultor, pintor artístico e afins; Cenógrafo,

decorador de interiores; Empresário e produtor de espetáculos; Outros profissionais do espetáculo das artes. Profissionais do Ensino: Professor na educação infantil; no ensino fundamental; do ensino médio; do ensino profissional; do ensino superior; Instrutor e professor de escolas livres; Pedagogo, orientador educacional. Técnicos de Nível Médio das Ciências Físicas, Químicas, Engenharia e Afins: Técnico em ciências físicas e químicas; em construção civil, de edificações e obras de infra estrutura; em eletro-eletrônica e fotônica; em metalmecânica; em mineralogia e geologia; em informática; Desenhista técnico e modelista; Outros técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins. Técnicos de Nível Médio das Ciências Biológicas, Bioquímicas, da Saúde e Afins: Técnico em biologia; da produção agropecuária; da ciência da saúde humana; da ciência da saúde animal; de laboratório, Raios-X e outros equipamentos e instrumentos de diagnóstico; de bioquímica e da biotecnologia; de conservação, dissecação e empalhamento de corpos. Técnicos de Nível Médio em Serviços de Transportes: Técnico em navegação aérea, marítima, fluvial e metroviária; em transportes (logística). Técnicos de Nível Médio nas Ciências Administrativas: Técnico das ciências administrativas e contábeis; de inspeção, fiscalização e coordenação administrativa; Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financeiros; Agente e representante comercial, corretor, leiloeiro e afins. Técnicos de Nível Médio dos Serviços Culturais, das Comunicações e dos Desportos: Técnico de serviços culturais; Cinegrafista, fotógrafo e outros técnicos em operação de máquinas de tratamento de dados; Técnico em operação de estações de rádio e televisão; de aparelhos de sonorização, cenografia e projeção; Decorador e vitrinista; Apresentador, artistas de artes populares e modelos; Atleta, desportista e afins. Outros Técnicos de Nível Médio. Trabalhadores de Serviços Administrativos: Bancário, economiário, escriturário, secretário, assistente e auxiliar administrativo; Trabalhador de atendimento ao público, caixa, despachante, recenseador e afins. Trabalhadores de Serviços Diversos: Comissário de bordo, guia de turismo, agente de viagens e afins; Trabalhador de serviços domésticos em geral; de hotelaria e alimentação; de administração, conservação e manutenção de edifícios; de saúde; de embelezamento e cuidados pessoais; de proteção e segurança (exceto militar); Motorista e condutor do transporte de passageiros (motorista de táxi, ônibus, pequena embarcação, etc.); Outros trabalhadores de serviços diversos. Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio: Vendedor e prestador de serviços do comércio, ambulante, caixeiro-viajante e camelô. Trabalhadores do Setor Primário: Produtor na exploração agropecuária; Trabalhador na exploração agropecuária; Pescador, caçador e extrativista florestal; Operador de máquina agropecuária e florestal. Trabalhadores das Indústrias: Trabalhador da indústria extrativa e da construção civil; da transformação de metais e compósitos; da fabricação e instalação eletro-mecânica; das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; das indústrias de madeira e do mobiliário; das indústrias química, petroquímica, borracha e plástico e afins; de instalações siderúrgicas e materiais de construção; de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel; da fabricação de alimentos, bebidas, fumo e agroindústrias; Condutor e operador de robôs, veículos e equipamentos de movimentação de carga a fins; Operador de instalações de produção e distribuição de energia; Montador de aparelhos e instrumentos de precisão musicais; Joalheiro, vidreiro, ceramista e afins; Trabalhador de outras instalações agroindustriais. Trabalhadores de Reparação e Manutenção. Militares: Militar da Aeronáutica; do Exército; da Marinha; Policial Militar; Bombeiro Militar. Outras Ocupações.